



**ANA BEATRIZ
CASTANHEIRA
BREDÁ**

**EDIÇÃO JURÍDICA: RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA
EDIÇÕES ALMEDINA**



**ANA BEATRIZ
CASTANHEIRA
BREDÁ**

**EDIÇÃO JURÍDICA: RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA
EDIÇÕES ALMEDINA**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Editoriais, realizada sob a orientação científica da Doutora Ana Margarida Ramos, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Professora Doutora Maria Cristina Matos Carrington da Costa
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Licenciada Ana Sofia Fadigas Barraca
Edições Almedina S.A., reconhecida como especialista pela Universidade de Aveiro (arguente)

Professora Doutora Ana Margarida Corujo Ferreira Lima Ramos
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora).

agradecimentos

À Professora Doutora Ana Margarida Ramos, por toda a paciência, experiência e orientação que tornaram este Relatório possível. À Professora Doutora Cristina Carrington, cujo entusiasmo e ajuda foram imprescindíveis ao longo destes dois anos.

A toda a equipa da Edições Almedina que me fizeram sentir em casa. Agradeço em especial à Doutora Paula Mendes, pelo exemplo de ética de trabalho. À Cláudia Moura, pela boa disposição e conselhos de paginação, e ao João Pedro, pelo companheirismo. À editora Cecília Santos, pelo apoio, e à Andreia Carvalho, pelos conselhos. À Carolina Santiago, por todo o encorajamento e amabilidade. E, por fim, à Heloísa Costa, cuja amizade ajudou nas horas de maior aperto, e à Sofia Barraca, que sempre acreditou em mim.

À Sofia, porque este percurso não teria sido o mesmo sem ela. À Catarina e à Luisa, que ficaram até ao fim.

Sobretudo, à minha família: aos meus irmãos, por todo o incentivo, e aos meus pais, por *tudo*.

palavras-chave

edição jurídica; revisão de texto; revisão de provas; revisor; Edições Almedina; Grupo Almedina

resumo

O presente relatório descreve as atividades realizadas em estágio curricular realizado de outubro de 2017 a fevereiro de 2018 no departamento editorial da Edições Almedina. A primeira parte centra-se na edição jurídica, correspondendo a uma contextualização sobre esta tipologia a que se seguirá uma análise do Grupo Almedina, incluindo as suas chancelas, com destaque evidente para a Edições Almedina. A segunda parte apresenta um estudo rigoroso sobre o papel do revisor e a atividade de revisão, que introduz as atividades desenvolvidas no estágio.

keywords

law publishing; editing; copyediting; proofreading; editor; Edições Almedina; Grupo Almedina

abstract

This report describes the activities carried out in a curricular internship at Edições Almedina between October 2017 and February 2018. The first part focuses on law publishing with a summarized reflection on this type of publishing, followed by a brief analysis of the Grupo Almedina's history, including its publishing houses, with Edições Almedina at its core. The second part presents a rigorous study of the role of the editor and of the activity of editing and proofreading, activities undertaken during the intership.

ÍNDICE

Introdução	1
I. Edição Jurídica	5
II. Grupo Almedina.....	11
2.1. Edições Almedina.....	14
2.1.1. A importância das capas para a Edições Almedina.....	18
2.2. Edições 70.....	21
2.3. Actual Editora	24
2.4. Minotauro	26
III. Estágio na Edições Almedina	29
3.1. O Revisor.....	29
i) o revisor, a revisão e a autorrevisão.....	30
ii) revisão de texto e revisão de provas.....	33
iii) papel do revisor.....	38
iv) os limites do revisor.....	42
3.2. Descrição das atividades	45
i) <i>Partilhas Litigiosas</i>	48
ii) <i>Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal da Relação de Coimbra</i>	53
iii) <i>Direito Económico</i>	56
iv) <i>O Conflito das Faculdades e Os Progressos da Metafísica</i>	57
v) índices	60
Conclusão	65
Bibliografia.....	69
Anexo 1 – Exemplos da revisão aplicada a <i>Partilhas Litigiosas – Volume III</i>	75
Anexo 2 – Amostra de notas do autor de <i>Direito Económico</i> , e como a caligrafia pode constituir um obstáculo a uma revisão	77

Anexo 3 – Ficha técnica da obra <i>Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal de Relação de Coimbra</i>	78
--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

fig. 1 Análise SWOT do Grupo Almedina	14
fig. 2 Análise SWOT da Edições Almedina	18
fig. 3 Coleção Casos Práticos	19
fig. 4 Coleção Guias Práticos	20
fig. 5 Coleção Coletâneas de Legislação	20
fig. 6 Coleção Manuais Profissionais.....	20
fig. 7 Coleção Manuais Universitários	20
fig. 8 Coleção Códigos Anotados	20
fig. 9 Coleção Monografias.....	20
fig. 10 Fora de Coleção.....	21
fig. 11 Ferramenta Comentário do Adobe Acrobat Reader.....	49
fig. 12 Exemplo de uma nota de rodapé do volume III das <i>Partilhas Litigiosas</i>	50
fig. 13 Abreviatura da sigla NLAT com pontos	56
fig. 14 Abreviatura NLAT sem pontos	56

INTRODUÇÃO

O Mestrado em Estudos Editoriais, promovido pela Universidade de Aveiro, contempla um conjunto de disciplinas que permitem uma compreensão teórica da edição e de tudo a ela associado. O objetivo desta etapa académica é proporcionar as ferramentas necessárias para, num momento posterior, trabalhar no meio editorial. Assim, após dois anos, o fim deste percurso culmina com a escolha entre três tipos de trabalho final – tese/dissertação, projeto ou estágio – cujo resultado deverá espelhar as competências adquiridas neste âmbito.

Uma vez que a edição tem uma conotação essencialmente prática, em que a experiência é um requisito considerado obrigatório, o estágio afigura-se como a opção mais comum para conseguir entrar “na indústria essencialmente pessoal”¹ que é a edição. Efetivamente, estagiar propicia um *know-how* concreto, em que todas as noções teóricas revertem para a vertente prática – apreciação de originais; revisão de texto, composição técnica, elaboração de capas, paginação; contacto com autores, editores e livreiros; compreender o que torna um livro passível de ser publicado (ou não) através de variáveis como a concorrência ou o mercado; ou seja, conceitos e perspetivas que ganham forma num ambiente que, possivelmente, pode resultar numa oferta de trabalho ou na abertura de outras opções editoriais.

Deste modo, o presente relatório tem por finalidade descrever e sistematizar, através de uma análise crítica e refletida, as atividades que realizei em estágio curricular na Edições Almedina, em Coimbra, orientada pela editora Sofia Barraca, no período que decorreu entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018.

O relatório foi estruturado em três partes distintas. Como a Edições Almedina é a editora de referência do Direito, a primeira parte debruça-se sobre a edição jurídica, numa apresentação sucinta sobre os principais aspetos que a distinguem da edição literária, além de oferecer algumas perspetivas sobre o seu posicionamento no mercado.

Considereei pertinente o desenvolvimento desta parte porque me apercebi, ao longo da conceção deste relatório – que envolveu a leitura dos trabalhos sobre estágios realizados nesta editora² –, que não foi elaborada uma contextualização sobre este tipo de edição. De facto, uma das principais dificuldades que tive na redação deste relatório foi precisamente a falta de referências bibliográficas portuguesas que permitissem delinear a presença da edição jurídica

¹ Martins, 1999, p. 139

² Em consulta ao RIA (Repositório Institucional da Universidade de Aveiro): Portela, 2009; Pinho, 2011; Almeida, 2014; Fidalgo, 2016.

no mercado editorial português ou, até, as características que a distinguem de outros tipos de edição. Assim, as referências que suportam a minha análise sobre a edição jurídica derivam sobretudo da *Slaw*, uma revista jurídica canadiana que publica artigos escritos por advogados, livreiros, estudantes, professores e outros especialistas da lei, que focam temas como “(...) how law is practised, how it’s taught, how the industry is changing, and what the future might hold”³.

Ainda nesta primeira parte, serão apresentadas as editoras e livrarias jurídicas em Portugal, merecendo destaque as editoras Coimbra Editora, Petrony, Quid Juris e AAFDL (Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa) pela relevante atividade jurídica.

Este contributo sobre a edição jurídica introduz a segunda parte, que irá contextualizar a Edições Almedina. Dado que esta editora pertence ao Grupo Almedina, será feito um desenvolvimento descritivo sobre a sua transformação, que passou de uma pequena livraria a reconhecido grupo editorial. Posteriormente, será efetuada uma análise breve do catálogo das editoras-chancela: a Edições Almedina, a Edições 70, a Actual Editora e a Minotauro, mencionando algumas das mais recentes publicações. Por ter sido a editora onde estagiei, será dada uma especial atenção à Edições Almedina, através da divulgação das suas plataformas jurídicas – ALMEDINA*mais*, BDJUR e Congressos Almedina. Além disso, em virtude da visita à livraria Almedina Estádio Cidade de Coimbra, será analisada a importância do design das capas como elemento de identificação das coleções de Direito desta editora.

A terceira e última parte encontra-se dividida em dois capítulos. O meu percurso na Edições Almedina distinguiu-se, diferentemente dos outros estagiários anteriores, pela predominância dada aos trabalhos de revisão. Deste modo, o primeiro capítulo retrata o papel do revisor, dando conta das suas atividades, competências e valências. Primeiro, é apresentada a distinção entre o processo de revisão e o de autorrevisão, posteriormente, é feita uma análise comparativa entre a revisão de texto e a revisão de provas, e em que difere o comportamento do revisor. O tópico *o papel do revisor* introduz várias reflexões criadas sobre a sua atuação, na medida em que uma especialidade em Línguas não constitui a única exigência, devendo o revisor saber ler bem, pois a leitura é fundamental no ato de rever. Além disso, são estudadas três facetas deste interveniente: o revisor enquanto “empregado de limpeza”, elemento invisível e mutilador de textos.

A oportunidade de realizar um estágio, possível devido ao apoio da Universidade de Aveiro, é o culminar de um percurso de trabalho e de dedicação. A participação, durante

³ <http://www.slw.ca/about-us/> [Consultado 28.07.2018]

quatro meses, na rotina de uma editora e em todos os processos dedicados à preparação do livro, foi encarada com algumas expectativas, como aprofundar o conhecimento dos mecanismos que movem a cadeia do livro, em particular a área da edição e produção; o contacto com autores foi outra motivação que alentou esta vontade, assim como a oportunidade de organizar ou assistir eventos de apresentação de livros; em particular, acerca de trabalho editorial, a oportunidade de realizar traduções ou revisões eram preferenciais.

Em retrospectiva, estas expectativas foram sempre encorajadas pelo intuito de tirar o melhor partido possível desta nova experiência, uma aprendizagem real e objetiva do que significa trabalhar em edição e, no fundo, o começo de uma nova etapa.

I. EDIÇÃO JURÍDICA

A edição, na aceção do termo que se refere “principalmente ao texto impresso e aos livros”⁴, assegura uma variedade de tipologias que se debruçam sobre temáticas específicas. Uma dessas é precisamente a edição jurídica que tem no seu âmbito a publicação de livros relacionados com o Direito.

Etimologicamente, o nome *direito* comporta múltiplos significados, mas interessam-nos especialmente dois: o Direito enquanto “conjunto de normas gerais, abstratas, dotadas de coercividade, que regem os comportamentos e as relações numa sociedade”⁵ e o Direito como a “ciência que trata do estudo das leis e das instituições jurídicas”⁵, pois são estes que determinam a especificidade do que constitui um livro jurídico⁶ e, por extensão, a edição jurídica.

Ao contrário da edição literária⁷ – cujos livros servem várias finalidades, apelam a vários gostos de leitura, são reconhecidos vários géneros e cujas editoras flutuam no mercado editorial numa competitividade acentuada –, a edição jurídica constitui uma área integrante da edição técnica, um âmbito que corresponde a “uma obra que contém informação de natureza científica, isto é, trata de assuntos relacionados com a ciência e as suas aplicações práticas”⁸, correspondendo à noção do Direito enquanto ciência e da edição jurídica como uma das suas finalidades.

Esta tipologia opera num campo absolutamente distinto e com variáveis limitadas. Para começar, está ancorada num segmento de mercado muito particular, o académico-profissional, e ainda assim restrita a uma posição solitária, visto que se trata de um mercado pequeno que não oferece grandes oportunidades de expansão ou competitividade. Com efeito, devemos salientar que o Direito é uma área de publicação essencialmente doméstica⁹, dado que o objeto de estudo são as leis e as noções jurídicas do próprio país que, como é evidente, são restritivas, ou seja, não se trata de um estudo que possa ser publicado em França, por exemplo, porque as leis que regem a sociedade francesa são, seguramente, diferentes. Como argumenta Gary P. Rodrigues, “[l]egal publishing was a small business then and remains a small business today”⁹.

⁴ (A. Moles, 1971) (cit. por Martins, 2005, p. 36)

⁵ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/direito> (Consultado 11.07.2018)

⁶ “*Livro Jurídico* – Aquele que encerra assuntos ou temáticas relativas ao direito. Livro de direito.” Faria *et al.*, 2008, p. 781

⁷ “*Edição Literária* – A de uma obra que contém literatura (reportagem, ensaio, romance, novela, viagens, etc.); contrapõe-se a edição técnica.” Faria *et al.*, 2008, p. 433

⁸ Faria *et al.*, 2008, p. 436

⁹ Rodrigues, 2016

Assim, as publicações efetuadas na edição jurídica estão dirigidas a um público-alvo restrito; estamos, desta forma, perante uma tipologia de edição que publica livros sobre leis para quem estuda ou trabalha sobre/com a lei, destinada, portanto, a estudantes de Direito, advogados, juizes, investigadores, professores, notários e funcionários, entre outros. Robert McKay, do seu ponto de vista, considera efetivamente que a edição jurídica consiste em “providing legal information and content which is essential for professional advisers and corporate officers to excel in what they do”¹⁰.

Por outro lado, se a edição literária integra um conjunto de autores diversificados, inseridos em diferentes contextos profissionais que abordam uma vastidão de tópicos agrupados em diferentes géneros, a edição jurídica é composta por especialistas na área jurídica. Para clarificar, trata-se de livros escritos por especialistas e para especialistas, cujo conteúdo é altamente específico, concreto e técnico oferecendo uma perspetiva individual sobre determinado aspeto da lei¹¹. McKay esclarece que “[l]awyers rarely make great writers but they are sometimes quite good at presenting and analysing the mix of fact and opinion to achieve direction and help encourage rational understanding”¹². De facto, é importante considerar que a finalidade de um livro jurídico não é, de todo, o lazer ou a curiosidade, pelo contrário. Um livro sobre Direito serve de complemento às aulas universitárias, quando o professor escreveu o livro que serve de manual, além de ser uma ferramenta de trabalho para aqueles que lidam diariamente com as ocorrências da aplicação da lei, ou um objeto de consulta para uma dúvida pontual. Em suma, não é qualquer um que está capacitado para escrever sobre um tema tão complexo e tão específico como o Direito, que exige requisitos próprios para a escrita e estruturação de conceitos e factos, como o conhecimento e definição das leis.

À semelhança do que aconteceu com todo o sistema editorial devido ao aparecimento das novas tecnologias, também a edição jurídica sofreu com o aparecimento da Internet, que trouxe a implementação de bases de dados jurídicas, algumas gratuitas, ou sites de consultoria jurídica – o *site* Wikipédia, surpreendentemente (ou não) também está habilitado para esclarecimentos jurídicos¹³ – de tal modo que houve quem considerasse o fim desta atividade que, por si só, está condicionada a certas especificidades. Eric Appleby analisa o impacto das tecnologias na comunidade jurídica e afirma que “[t]echnology has resulted in dramatic changes in the publishing industry. There has been a dramatic decrease in the demand by

¹⁰ McKay, 2016a

¹¹ “As a general rule, legal publications rarely duplicate one another. At the very least, the law is presented from the unique perspective of its author (...).” (Rodrigues, 2010)

¹² McKay, 2016b

¹³ Rodrigues, 2013

lawyers and judges for print books, mainly due to availability of free digital judicial decisions. The use of books has also declined at law schools.”¹⁴ Susan Munro partilha de uma opinião semelhante ao declarar que a maior competitividade do setor resulta precisamente do conteúdo gratuito que está disponível na Internet, e salienta que “[w]hen we’re thinking about free information online, it’s important to distinguish between primary and secondary material. (...) The best that can be said is that the quality is inconsistent; there is certainly no guarantee of accuracy”¹⁵.

Uma análise global ao percurso da edição jurídica resulta em várias concepções sobre esta tipologia. Para começar, no ano de 2012, o argumento de que o fim deste tipo de edição estava próximo era frequentemente considerado, uma vez que “[t]he security and strenght of ‘need to know’ and ‘have to have’ information appears to have diminished”, uma interpretação que decorre, novamente, do fenómeno da Internet¹⁶. McKay, pelo contrário, estava otimista – “(...) the picture for those who serve legal and professional information markets should be bright, with ever more opportunities and services that are reasonably defined as ‘publishing’ coming into the mix”¹⁷. Nesta visão, o ano de 2013 apresentou-se como positivo, na medida em que houve um maior reconhecimento da edição jurídica aos olhos do cidadão comum; com efeito, e em conformidade com o que se verifica ainda hoje, passou a haver cada mais notícia de novos lançamentos ou de apresentações de novas obras, quebrando a exclusividade patente deste setor¹⁸.

A partir de 2014, contrariamente, o panorama passa de positivo a ‘aborrecido’. McKay, que dois anos antes defendia o vigor da edição jurídica, depara-se com um quadro editorial que se pauta pela não inovação de conteúdo e pelo não desenvolvimento de novos produtos. A verdadeira problemática, que não é de todo desconhecida até para a edição geral, é que “the real action is no longer in publishing (...) but rather in other spheres, that are driven more by technology”¹⁹. A conclusão, refletida em 2017, é a de que “law publishing, as a business in its own right has run its course; it’s pretty much over”²⁰.

¹⁴ Appleby, 2016

¹⁵ Munro, 2011

¹⁶ “Those who argue in those directions do so effectively, showing how the Internet, changing profitability and competitive models and shift in favour of workflow solutions render the publishing component no longer core.” (McKay, 2012)

¹⁷ McKay, 2012

¹⁸ Hocking, 2013. Em Portugal, os jornais correntes como o *Público* ou o *Observador* têm vindo a noticiar com assiduidade os catálogos de editoras jurídicas como a Edições Almedina.

¹⁹ McKay, 2014

²⁰ McKay, 2017

A lei, enquanto objeto de estudo do Direito, encontra-se em constante mutação, muitas vezes em paralelo com as mudanças e alterações que surgem na sociedade e determinam uma revisão ou análise de algum parâmetro jurídico. Outras vezes, procede-se à revogação de determinado artigo ou alínea por que se tornou obsoleto, e outras vezes recorre-se uma nova lei. Qualquer que seja a alteração sofrida, a edição de livros jurídicos está dependente destas alterações, uma vez que, se forem extensas, implicam uma nova edição que contemple as modificações sofridas.

Deste modo, é seguro dizer que a edição jurídica atravessou diversas fases ao longo do tempo até atingir a estabilidade que lhe é reconhecida atualmente. No século anterior, por exemplo, os livros publicados não eram os mesmos que são hoje, tal como há três séculos atrás não se era consciente da dimensão que este tipo poderia vir a atingir. Porém, também é certo dizer que a edição jurídica existiu *sempre* (embora, talvez, não diretamente definida como tal), porque a lei existiu sempre – ao longo da história, assumiu um estatuto privilegiado no Direito romano, com o Imperador Justiniano I a escrever *Corpus Juris Civilis*, uma obra jurídica fundamental ainda hoje estudada, ou a *Lex Mercatoria*, que funcionava como um sistema para as trocas e comércio marítimo e que serviu de base aos futuros códigos comerciais. Neste período, a noção de edição jurídica talvez não fosse assumida como tal, mas existia e constituiu a inspiração necessária para resultar na publicação de códigos e textos da lei de hoje.

No caso concreto português, a edição jurídica começou a desenvolver-se algures no século XIX, quando começam a surgir os primeiros exemplares de Direito publicados pela Imprensa da Universidade de Coimbra, como *Elementos de Direitos das Gentes* de Vicente Ferrer Neto Paiva (1839) ou *A Propriedade: philosophia do direito para servir de introdução ao commentario sobre a lei dos foraes* de Antonio Luiz de Seabra (1850). É no século XX, contudo, que alcança o verdadeiro apogeu com a Coimbra Editora a liderar as publicações que, a modo de exemplo, apresentamos *As Águas no Direito Civil Português* de Guilherme Alves Moreira (1920), *Noções Fundamentais do Direito Civil* de João de Matos Antunes Varela (1950) e *Diversas Questões de Direito* de José dos Santos Silveira (1960).

Surpreendentemente, existem bastantes editoras de conotação jurídica em Portugal que estiveram ou estão em atividade. Algumas dessas editoras, por maior relevância dos seus catálogos, serão apresentadas de um modo sucinto. É, ainda, relevante mencionar alguns dos protagonistas na área da edição jurídica como as livrarias **Atlântida** e **Arménio Amado**, e as

editoras **Gestlegal**, **Librum** e **Escolar** e as **Edições Esgotadas** como algumas referências recentes que executam atividade jurídica ainda que de menor relevo, assim como a **Porto Editora**, com a sua coleção de Códigos, além da **Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa** ou o **CEDIS** (Centro de Investigação e Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade).

A **Coimbra Editora**, até à sua insolvência declarada em novembro de 2015²¹, foi uma editora célebre na edição jurídica. Foi criada no dia 7 de agosto de 1920 por “um grupo de professores universitários” como Guilherme Moreira, António de Oliveira Salazar, Paulo Mereia, Elísio Moura, Magalhães Colaço e Manuel Rodrigues, e “os experimentados livreiros Francisco França e Arménio Amado (...) verdadeiros mestres na arte tradicional da impressão em Portugal”²². O objetivo da criação desta editora foi “constituir uma grande empresa que, de posse de suficiente capital, pudesse, antes de mais, pôr de pé uma vasta oficina tipográfica dotada de boas máquinas (...) onde pudessem imprimir-se com maior perfeição todos os trabalhos e que ficasse também habilitada a fazer edições”²³. A sua missão permitiu a publicação de inúmeros autores jurídicos e especialistas na área, autênticas referências do Direito como Antunes Varela, J. J. Gomes Canotilho, Vital Moreira, Diogo Leite de Campos e Jorge de Figueiredo Dias, entre outros.

Nos anos cinquenta, especificamente em 1955, surge a **Petrony Editora** com o objetivo de “publicar bons livros académicos de direito, de forma a reforçar o estudo e a prática do direito em todos os seus aspetos”²⁴. Abraçando o lema da simplicidade de processos, a Petrony era reconhecida pelo seu livreiro e fundador, Augusto Petrony, que tinha um instinto aguçado no ato de aconselhar livros, e durante o período do Estado Novo vendeu “por baixo do balcão, livros que a PIDE apreendia à época como *Falar Claro* de José Magalhães Godinho, *Horizontes Fechados* de Raul Rego ou *Escritos Políticos* de Mário Soares”²⁵. Em 2012, a Petrony Editora, sofreu uma “morte física”²⁵ e hoje apenas exerce a sua atividade através da Internet.

Nos anos oitenta, em concreto em 1989, surge a editora **Quid Juris**, que iniciou a sua atividade editorial com a publicação da Constituição da República. Ainda que atualmente publique noutras áreas como arquitetura, filosofia ou matemática, a sua identidade é o Direito

²¹ Agência Lusa, 2015

²² <http://www.coimbraeditora.net/editora.html> (Consultado 12.07.2018)

²³ <http://www.coimbraeditora.net/editora.html> (Consultado 12.07.2018)

²⁴ <http://www.petrony.pt/page/view/224/autores> (Consultado 13.07.2018)

²⁵ Pacheco, 2012

– “A nossa dedicação original à área jurídica, o critério das edições e a qualidade dos nossos autores tornam-nos numa editora de referência nos livros de direito”²⁶.

Há mais de 100 Anos a Editar o Futuro é o *motto* da **AADFL Editora**²⁷. Considerada uma das cinco maiores editoras jurídicas em Portugal, foi criada pela Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. O seu catálogo inclui nove categorias do Direito, incluindo Direito Constitucional e Ciência Política e Direito da Economia e Finanças Públicas, cujas obras publicadas são da autoria de docentes da Faculdade.

Finalmente, é de igual importância referir a **Edições Almedina**, sem dúvida a principal editora de referência de Direito em atividade, cuja história e catálogo será analisada de seguida.

²⁶ <https://www.quidjuris.pt/Default.aspx?Tag=CONTENT&ContentId=52> (Consultado 14.07.2018)

²⁷ http://livraria.aafdl.pt/index.php?id_cms=4&controller=cms&id_lang=2 (Consultado 15.09.2018)

II. GRUPO ALMEDINA

O Grupo Almedina é um grupo editorial com um percurso distinguido no panorama da edição em Portugal, contando com mais de sessenta anos de experiência, e com uma presença editorial assente maioritariamente em publicações de carácter académico. O que começou por ser uma pequena livraria com quarenta metros quadrados rapidamente se expandiu para uma empresa que detém onze livrarias físicas nos principais pontos académicos do país; uma livraria virtual com catálogos unicamente nacionais, a Almedina.net; uma editora-irmã, a Almedina Brasil, e alianças com países de língua portuguesa, e quatro editoras-líder em categorias específicas – a Edições Almedina, no âmbito jurídico; a Edições 70, no contexto das Ciências Sociais e Humanas; a Actual Editora, englobando a Gestão e a Economia; e, por fim, a Minotauro, a publicar edição literária e infantojuvenil.

2. Grupo Almedina

No dia 1 de outubro de 1955, há quase sessenta e três anos, surgiu em Coimbra a primeira livraria Almedina, na zona histórica da cidade, junto ao mítico Arco de Almedina.

Joaquim Machado, “empreendedor”, escolheu esta localização sobretudo devido à proximidade com o meio universitário (o Arco de Almedina é “o cruzamento deste [eixo comercial] com o eixo estudantil”²⁸). Com efeito, a vertente académica foi, e ainda é hoje, o principal motor da Almedina, e na altura em que surgiu a livraria, havia uma carência de manuais académicos, o que motivou a compilação, produção e venda de sebatas policopiadas²⁹. Joaquim Machado, naquela altura, “começou a publicar as lições dos professores da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra” por insistência dos seus clientes, que viriam a ser posteriormente autores da Almedina²⁹.

²⁸ Machado, 2015

²⁹ Portela, 2009, p. 10

O Grupo Almedina começou nas mãos de um homem só. Joaquim Machado, no momento em que criou e desenvolveu a Almedina, contava com a experiência autodidata desenvolvida pelo trabalho em livrarias, primeiro na já desaparecida Atlântida e, mais tarde, na Coimbra Editora³⁰. Durante quarenta anos, manteve a liderança numa empresa de cariz essencialmente familiar, como eram tradicionalmente as editoras³¹, porém, em 1996, houve um impasse – “[n]esta fase, havia duas hipóteses: vender a empresa ou entregá-la a uma gestão distinta”³². Foi assim que Carlos Pinto, anteriormente gestor na SONAE e genro de Joaquim Machado, assumiu a administração desta empresa especializada, permitindo que esta se mantivesse no círculo familiar. Entretanto, o fundador definiu três condições que deveriam orientar a administração seguinte: “que fosse elaborado um protocolo familiar, para definir as relações entre a família e a empresa; que houvesse um plano de desenvolvimento; e que fosse escolhido um administrador não executivo externo e experiente”³². Ainda hoje a empresa assenta num cariz familiar, pois em outubro de 2014, o Grupo entrou na terceira geração, com Rita Pinto a trabalhar conjuntamente com o seu pai.

Não obstante, 2005 foi o ano que catalisou as maiores transformações ao nível desta empresa. Até então, a política editorial centrava-se na Edições Almedina, “amplamente reconhecida como líder nas edições jurídicas em Portugal”, até que o Grupo Almedina procedeu às devidas negociações e adquiriu a Edições 70, “reconhecida pela edição de livros na área das ciências sociais e humanas”³³. Em paralelo, com o intuito de promover a língua portuguesa nas comunidades CPLP, estabeleceu parcerias com Angola e Moçambique, e ao mesmo tempo criou em São Paulo, no Brasil, a filial Almedina Brasil, devido ao “grande intercâmbio na área do Direito com a Universidade de Coimbra”³⁴. Contudo, o ano de 2005 viu o Grupo cumprir meio século de atividade, e Joaquim Machado foi agraciado pela Câmara Municipal de Coimbra. No entanto, no mesmo ano, viria a falecer com oitenta e um anos³⁵.

O alargamento do Grupo continuou nos anos seguintes quando adquiriu, em 2008, a Actual Editora, a editora de referência em Gestão e Economia, e em 2009, com a criação da Minotauro, para a promoção de literatura espanhola contemporânea. Estas quatro editoras,

³⁰ “A Almedina tinha sido uma empresa de um homem só, um empreendedor que entra na área jurídica pela Coimbra Editora” (Machado, 2015)

³¹ “The publishers were owned privately, usually by family members who held majority share stakes”. (Clark, 2001, p. 12)

³² Machado, 2015

³³ <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/4> (Consultado 19.06.2018)

³⁴ Simões, 2011

³⁵ Agência Lusa, 2005

três delas marcadamente dispostas para o mercado académico, “contribuem para a difusão de novos autores e correntes de opinião”³⁶.

A par com o crescimento editorial, também o comércio livreiro foi desenvolvido pelo Grupo Almedina. Atualmente com onze livrarias dispersas pelo país junto aos principais polos académicos – em Coimbra, Lisboa, Porto, Gaia e Braga – as Livrarias Almedinas distinguem-se pela sua especialização “na informação e no conhecimento”³⁷ e pela liderança no mercado jurídico. Independentemente da sua localização, a influência da Coimbra estudantil e do histórico Arco está patente no *design* arquitetónico destas livrarias – “o Arco é hoje inspiração para a arquitetura interior das livrarias Almedina, assinada pela dupla Aires Mateus (Manuel e Francisco), onde predomina o preto, o mesmo das capas estudantis, e o branco, o mesmo dos livros”³⁸. Nas palavras de Carlos Pinto, “[a] imagem a preto e branco surgiu naturalmente. (...) Nós procurámos dar o protagonismo ao livro e ao leitor, com espaços muito sóbrios”³⁹.

Em 2010, no mesmo fluxo de outras correntes editoriais, o Grupo desenvolveu e lançou a plataforma *Almedina.Net*, que atua como uma livraria virtual, na qual os clientes têm acesso ao catálogo das editoras do Grupo e à informação sobre novos lançamentos, bem como acesso aos catálogos das demais editoras portuguesas.

Adiante, apresentamos uma análise SWOT⁴⁰ do Grupo Almedina:

³⁶ <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/4> (Consultado 19.06.2018)

³⁷ <http://www.almedina.net/catalog/livrarias.php> (Consultado 19.06.2018)

³⁸ Machado, 2015

³⁹ Simões, 2011

⁴⁰ A análise SWOT é “ferramenta de diagnóstico estratégico que permite identificar, de forma integrada, a posição estratégica de uma organização num dado momento e preparar opções estratégicas” (definição derivada dos apontamentos de Gestão Editorial, disciplina do Mestrado em Estudos Editoriais).

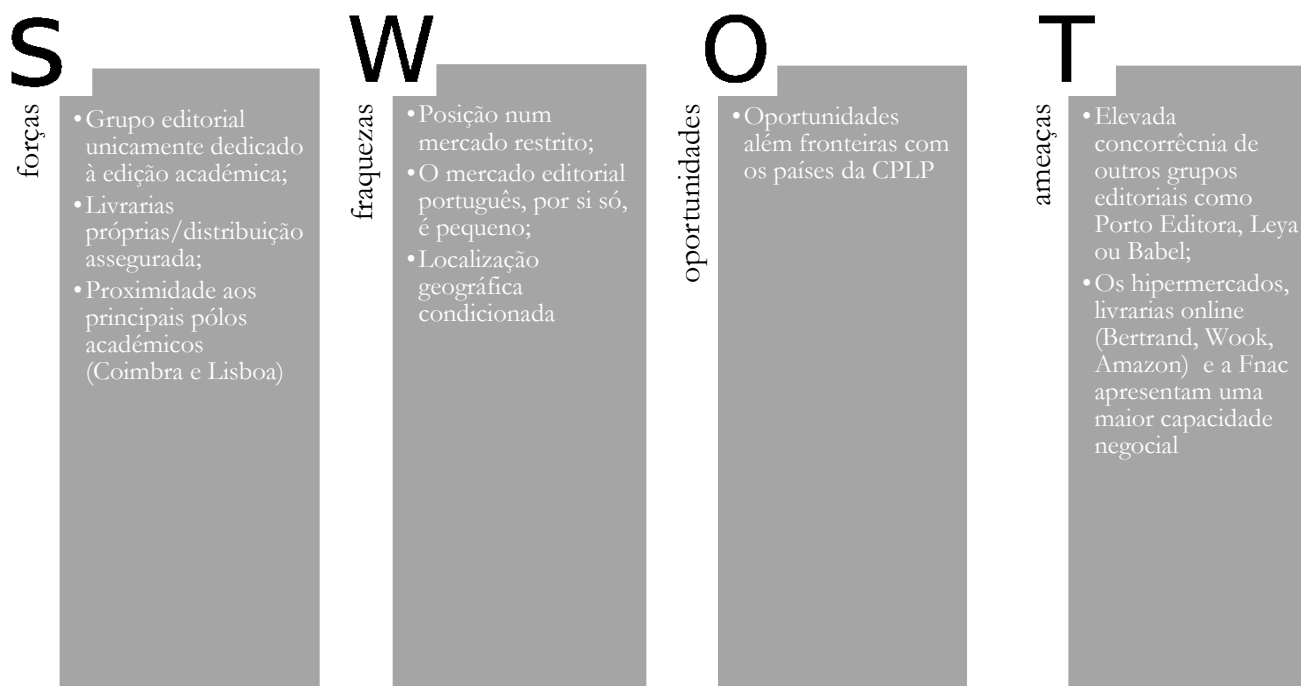


fig. 1 Análise SWOT do Grupo Almedina

2.1. Edições Almedina

Quando a livraria Almedina abriu em 1955, a motivação era a venda e a circulação de manuais auxiliares de Direito, destinados essencialmente ao público universitário que frequentava a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. De facto, como vimos, o mais próximo de uma atividade editorial eram as sebatas policopiadas que eram disponibilizadas; por outro lado, Joaquim Machado também possibilitava a edição de textos escritos pelos professores de Direito⁴¹, que haveriam de servir como manuais de estudo para as aulas, como ainda hoje o são. Porém, o verdadeiro impulso que transformou a Almedina numa editora ocorreu em 1966 com a publicação do *Código Civil*⁴².

⁴¹ Portela, 2009, p. 9

⁴² IDEM, 2009, p. 9

Nos nossos dias, a Edições Almedina é a mais importante editora portuguesa na área do Direito, comprovado pelo “forte reconhecimento por parte dos clientes” e pela “liderança da editora e das livrarias no mercado jurídico”⁴³. Com clientes que datam desde os primórdios do seu fundador, são eles o verdadeiro alicerce da editora, que lança manuais, guias práticos e monografias escritas pelas maiores personalidades jurídicas como Augusto Silva Dias, Raúl Ventura, Gomes Canotilho ou Antunes Varela.

No entanto, apesar do seu expoente editorial estar centrado no Direito, a Edições Almedina publica igualmente sobre outras áreas do saber como Contabilidade, Finanças ou Economia, e mantém “uma forte aposta nas ciências sociais e humanas” e, em especial, Estudos Literários e Linguísticos. Independentemente da área em que publica, a Edições Almedina rege-se por um fundamento que comprova as suas escolhas editoriais – *de especialistas para especialistas*, aposta “na qualidade editorial” e na “seleção cuidada de títulos” com a finalidade de obter o reconhecimento por parte dos seus clientes⁴⁴.

O catálogo da Edições Almedina concentra-se especificamente na temática do Direito, e “[d]estaca-se pela organização dos mais reconhecidos e fiáveis códigos do mercado”⁴⁵, sendo estes de três tipos: anotados, de bolso e universitários. Para além disso, também publica sobre dez doutrinas jurídicas como Direito Administrativo, Civil, Comercial, Constitucional, da União Europeia, do Trabalho, Financeiro e Tributário, Internacional, Penal e Processual.

Algumas das novidades recentes incluem: na coleção Monografia⁴⁶, sobre Direito Financeiro e Tributário, destacamos *A Arte da Tributação das Reorganizações Societárias*, de Filipa Belchior Coimbra (2017), que promove uma análise sobre o “regime fiscal aplicável às reorganizações societárias”⁴⁷ e o mais recente, relativo ao Direito Administrativo, *Florestas*, de Fernanda Paula Oliveira e Dulce Lopes (2018); sobre Direito Comercial, *Lei da Concorrência – Comentário Conimbricense*, coordenada por Manuel Lopes Porto e José Luís da Cruz Vilaça (2018); acerca de Direito Administrativo temos *Direito de Contratos Públicos*, de Pedro Costa Gonçalves (2018), que serve para “enquadrar a compreensão inicial da contratação pública”⁴⁸.

⁴³ <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/6> (Consultado 24.06.2018)

⁴⁴ <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/6> (Consultado 24.06.2018)

⁴⁵ <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/6> (Consultado 24.06.2018)

⁴⁶ *Monografia* | “(...) abordagem completa e abrangente acerca de vários temas específicos que perpassam as mais variadas áreas do Direito”. http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=187 (Consultado 24.06.2018)

⁴⁷ Sousa, 2017

⁴⁸ Sousa, 2018

A coleção Guia Prático⁴⁹ distingue, sobre Direito Processual, o *Manual Prático do Processo Penal*, de Paula Marques Carvalho (2018).

A Edições Almedina também impulsiona a publicação de obras de História, como *Os Direitos das Mulheres no Estado Novo*, de Helena Pereira de Melo (2017) ou de Ciência Política, em que se destaca *Portugal e a Crise Global – Só a Águia Voa Sozinha*, de Adriano Moreira (2016), que pretende refletir sobre a “evolução da situação internacional do país”⁵⁰. Quanto à Economia, é importante referir *Finanças Públicas*, de António Ribeiro Gameiro, Belmiro Moita da Costa e Nuno Moita da Costa (2018), cuja apresentação decorreu na Livraria Almedina do Atrium Saldanha⁵¹.

Um dos “pilares da política editorial” da Almedina é, sem dúvida, a publicação de teses de mestrado e doutoramento, o que permite “a difusão de novos autores e correntes de opinião e investigação”⁵². Distingue-se, em particular, na coleção Teses de Doutoramento acerca de Direito Civil, *O Nexo da Causalidade na Responsabilidade Delitual* de Rui Soares Pereira (2017).

Evidencia-se, especialmente, a temática dos Estudos Literários e da Linguística. Neste âmbito, salientamos a existência de duas coleções orientadas para este assunto: a CELGA (Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada) que promove “investigação proveniente da pesquisa e do ensino em Linguística e Ciências da Linguagem”⁵³ através de investigação na área; e a Ler Melhor⁵⁴, um projeto da Almedina e CLP (Centro de Literatura Portuguesa) que se destina ao estudo da literatura portuguesa. Assim, neste contexto, nomeamos, na primeira coleção, o título *Texto, Coesão e Coerência* de Ana Cristina Macário Lopes e Conceição Carapinha (2013) e, para a segunda, «*Mensagem*» de Fernando Pessoa de António Apolinário Lourenço (2011).

A presença da Edições Almedina no panorama jurídico em Portugal está igualmente determinada pela plataforma ALMEDINAmas e a base de dados jurídica BDJUR, cujo acesso pode ser feito pelo website da livraria Almedina.Net, além da promoção de congressos e workshops.

A ALMEDINAmas é o resultado de uma parceria entre a Edições Almedina e a Consenso – Pessoas e Organizações, uma empresa dedicada a promover a importância das Pessoas para

⁴⁹ *Guia Prático* | “(...) vertente eminentemente prática, destinando-se fundamentalmente a um público profissional (...) ‘lado prático da teoria’”. http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=182 (Consultado 24.06.2018)

⁵⁰ Agência Ecclesia, 2016

⁵¹ Notícias de Coimbra, 2018

⁵² <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/6> (Consultado 24.06.2018)

⁵³ http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=319 (Consultado 24.06.2018)

⁵⁴ http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=305 (Consultado 23.06.2018)

as empresas⁵⁵. Esta marca da Edições Almedina promove formações, especializadas e diferenciadas, e “visa colocar os nossos autores mais perto dos seus leitores”⁵⁶. O objetivo da ALMEDINA mais é a “partilha de conhecimento e experiência prática” através da apresentação, análise e discussão de casos práticos, de forma a “dar resposta às dúvidas dos profissionais ou às questões mais complexas”⁵⁷. Na página web já se encontra disponível a agenda de formação para outubro, novembro e dezembro⁵⁸.

A BDJUR (Base de Dados Jurídica Almedina) constitui também uma estrutura acessória da Edições Almedina. Esta base de dados, “disponibilizada, através de uma assinatura paga”, permite o acesso a conteúdos organizados por uma equipa de juristas que incluem, entre outros, “[t]oda a legislação publicada na I Série do Diário da República e uma seleção de legislação publicada na II Série”, assim como “Legislação Europeia”, “[j]urisprudência de todos os tribunais superiores, judiciais e administrativos e fiscais” e, ainda, “[f]ormulários e minutas de várias peças processuais”⁵⁹.

Os Congressos ALMEDINA representam “uma referência no panorama jurídico em Portugal” e assumem um “objetivo didático e persuasivo” para a criação de um espaço que valorize o conhecimento, por meio de valores como rigor, autenticidade e transparência⁶⁰.

Para concluir esta exposição, apresentamos a análise SWOT da Edições Almedina:

⁵⁵ <http://www.consenso.pt/quem-somos> (Consultado 21.07.2018)

⁵⁶ http://www.almedina.net/mais/ceo_message.html (Consultado 21.07.2018)

⁵⁷ http://www.almedina.net/mais/formation_method.html (Consultado 21.07.2018)

⁵⁸ <http://www.almedina.net/mais/calendar.php> (Consultado 21.07.2018)

⁵⁹ <http://bdjur.almedina.net/apresentacao.php> (Consultado 21.07.2018)

⁶⁰ <https://www.almedina.net/congressos/> (Consultado 21.07.2018)

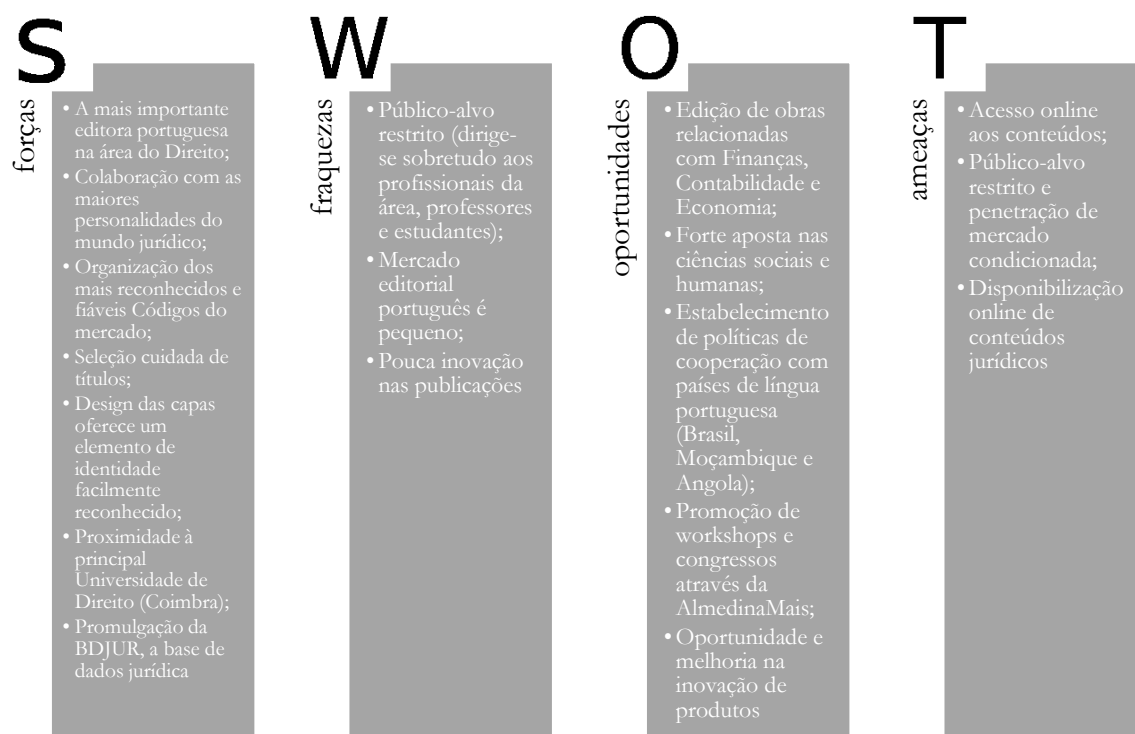


fig. 2 Análise SWOT da Edições Almedina

2.1.1. A importância das capas para a Edições Almedina

Nos princípios de fevereiro, tive a oportunidade de visitar a livraria Almedina Estádio Cidade de Coimbra com a editora Sofia Barraca. O objetivo desta visita era compreender de que forma o design das capas dos livros da Edições Almedina funciona como um selo de identidade para os leitores.

A capa sempre constitui um elemento importante na constituição física do livro. Assume, primeiramente, a função de proteção, uma vez que corresponde ao elemento exterior a que as páginas são agregadas, e pode ser de tipo mole ou dura. Por outro lado, é através da capa que o leitor geralmente estabelece a primeira comunicação com o livro e com o autor, pois esta contém indicação do título, dos nomes do autor e da editora, podendo conter ainda breves críticas emitidas sobre a publicação. Além dos elementos tipográficos, a capa oferece uma

possível ilustração sobre o enredo do livro, proporcionando, assim, de imediato, uma perspetiva sobre o conteúdo.

Sendo certo que não se deve julgar o livro pela capa, a verdade é que o design é o elemento que imediatamente influencia um possível leitor. Devido aos avanços tecnológicos que foram desenvolvendo transformações sociais e pessoais, a estética tem sido um ingrediente preferencial na vida comum. Esta preferência reflete-se na literatura, pois se sempre houve certos leitores movidos pelo poder evocativo de uma paisagem na capa, hoje em dia esta ‘membrana’ que envolve o livro deve ser elaborada com certos traços capazes de fazer o leitor ‘comer com os olhos’.

Interessa saber, sobretudo, visto este tópico estar relacionado com a Edições Almedina, qual a influência que o design das capas tem sobre as editoras, numa perspetiva de marketing e posição no mercado, em que este serve como elemento de identificação das editoras. Existe um *layout* específico nesse design que, estando o livro disposto numa prateleira entre tantos outros, rapidamente o associamos à editora. Por exemplo, na altura em que a Caminho começou a publicar as obras de José Saramago, as capas eram facilmente reconhecidas pelo aspeto minimalista, o fundo bege, o tipo de letra serifado; do mesmo modo, sabemos reconhecer a Tinta da China como a editora responsável pelos livros de Fernando Pessoa com o fundo preto e os traços em branco e um tipo de letra grosso.

Igualmente, o design dos livros da Edições Almedina também se distingue entre tantos outros: as capas representam as várias coleções que a editora publica, cada uma com as suas próprias características, porém, as linhas retas, os jogos de cores e o título no canto superior esquerdo constituem a imagem de marca da editora. Vejamos, a seguir, alguns exemplos de capas das coleções:



fig. 3 Coleção *Casos Práticos*

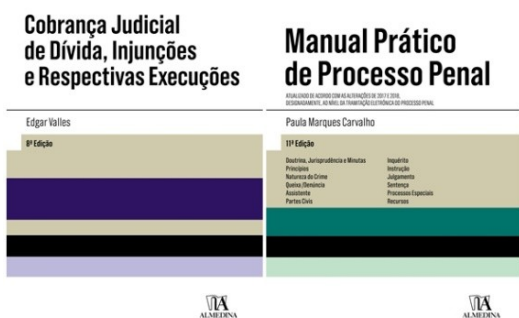


fig. 4 Coleção *Guias Práticos*



fig. 5 Coleção *Coletâneas de Legislação*

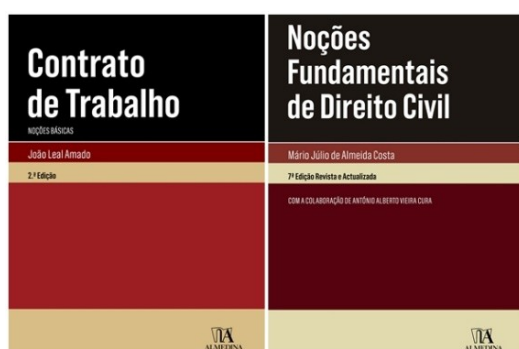


fig. 6 Coleção *Manuais Universitários*



fig. 7 Coleção *Manuais Profissionais*



fig. 8 Coleção *Monografias*



fig. 9 Coleção *Códigos Anotados*

As publicações que não estão inseridas em coleções, agrupadas em *Fora de Coleção*, gozam de alguma liberdade criativa, mas as cores sóbrias e o aspeto minimalista e rígido mantêm-se e oferece, do mesmo modo, o reconhecimento da editora pelas capas:



fig. 10 *Fora de Coleção*

Uma editora é, em última instância, uma empresa e, como tal, está sujeita a múltiplas variáveis e leis de mercado que condicionam a sua atividade editorial. No caso da Edições Almedina, utilizar o design como um instrumento de identificação e reconhecimento pelos leitores é uma estratégia de marketing, e atua como elemento diferenciador no mercado e face à concorrência, pois é através dele que o leitor identifica e reconhece o livro como sendo da Edições Almedina.

2.2. Edições 70

O nome da Edições 70 alude à década revolucionária da história contemporânea portuguesa, quando Portugal viveu num período de profundas transformações. A literatura, enquanto veículo de liberdade de expressão, foi reprimida duramente pela censura do lápis azul, e até ao dia 25 de Abril de 1974 muitos foram os livros censurados e proibidos à venda e circulação, e houve editoras que desapareceram, que foram inspecionadas ou que suportaram pesadas dívidas financeiras por atividade tida como suspeita. A Edições 70, que nasceu nesta década, viu a sua sobrevivência ameaçada devido à apertada vigilância exercida pela censura; “de facto, durante esse período foram muitas as proibições e apreensões de diversas obras, o que, além de outros riscos, significava perdas financeiras irreparáveis.”⁶¹

Por ter emergido num momento histórico que ameaçou a liberdade – de ser, de pensar, de existir – o lema da Edições 70 fundamenta-se *por uma cultura viva e livre*, que está inerente ao

⁶¹ <http://www.edicoes70.pt/site/node/5> (Consultado 23.06.2018)

tipo de publicações que assumiram, desde sempre, querer publicar: “é no campo das ciências humanas e sociais que mais vincada se encontra a filosofia da acção editorial”, através da criação de coleções como O Lugar da História, Perspetivas do Homem, Arte & Comunicação, Biblioteca Básica de Filosofia e Textos Filosóficos que constituem referências de destaque. Com temas variados à disposição, desde o Ensaio à Historiografia, incluindo Música, Arte, Arquitetura, Arqueologia e os clássicos da Antiguidade, os principais “trunfos” desta editora são indiscutivelmente a História, a Filosofia e a coleção Arte & Comunicação⁶², que promete “um vasto repositório de títulos que, pelo rigor no seu tratamento, homogeneidade interdisciplinar e oportunidade temática, não tem paralelo na edição nacional”⁶³.

Entretanto, em 2005, a Edições 70 estabeleceu uma aliança com o Grupo Almedina, tornando-se uma chancela integral de um grupo em crescimento que iria permitir uma relação vantajosa, desde o benefício das economias de escala (“a parte administrativa, logística e financeira foi concentrada em Coimbra, onde o Grupo está sediado”), “o acesso privilegiado a uma rede de retalho própria a nível nacional”, “acesso a recursos que nos permitem ponderar projectos de outra envergadura e fôlego financeiro”, até à “integração numa estrutura completamente informatizada” e, ainda, “a partilha comercial da estrutura que o Grupo tem no Brasil e que permitirá uma maior divulgação da Editora no mercado brasileiro”⁶⁴.

Efetivamente, tal como o Direito está para a Edições Almedina, também a Cultura está para a Edições 70, “no mais amplo e nobre sentido da palavra”, uma reflexão transmitida à criação do catálogo, rico e diversificado, destacando-se alguns títulos recentes. Primeiramente, com a História como tema, é imprescindível referir o lançamento de *O Novo Czar – a ascensão e o reinado de Vladimir Putin*, de Steven Lee Myers (2016), que surge a par com o panorama de tensão mundial recente, tal como *A História da Rússia*, de Gregory L. Freeze (2017) na coleção de História Narrativa⁶⁵; em paralelo, *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, de Tzvetan Todorov, do mesmo ano, oferece “um contributo valioso para discutir os conceitos de liberdade e de democracia na sociedade contemporânea”⁶⁶. No contexto nacional, aponta-se *Salazar, o Estado Novo e os media*, a obra coletiva de José Luís Garcia, Tânia Alves e Yves Léonard que analisa «“a desconfiança visceral de Salazar face aos media”»⁶⁷. Datado deste ano, e em paralelo com a

⁶² <http://blogtailors.com/3569677.html> (Consultado 23.06.2018)

⁶³ <http://www.edicoes70.pt/site/node/5> (Consultado 23.06.2018)

⁶⁴ <http://blogtailors.com/3569677.html> (Consultado 23.06.2018)

⁶⁵ *História Narrativa* | “(...) textos que sejam acessíveis e de indiscutível seriedade e rigor, que retratem episódios e momentos marcantes da História, seus protagonistas, a construção das nações e as suas dinâmicas”. (Consultado 23.06.2018)

⁶⁶ Comunidade Cultura e Arte, 2017

⁶⁷ Amaral, 2017

ascensão da Coreia do Norte nas políticas mundiais, é de referir *Coreia do Norte – a última dinastia Kim*, de José Manuel Duarte de Jesus que oferece um estudo sobre a situação atual deste país.

De seguida, abordando a Filosofia, referimos novamente Tzvetan Todorov com *Triunfo do Artista – a Revolução e os artistas. Rússia: 1917-1941* (2017), que aborda a vida e a comunidade russa durante o período da Revolução de Outubro 1917 e a Segunda Guerra Mundial⁶⁸, o primeiro título da coleção Obras Escolhidas de Todorov. Para além disso, segue-se a coleção Textos Filosóficos que releva pela qualidade da tradução de obras marcantes na História da Filosofia⁶⁹, como são exemplo *O Crepúsculo dos Ídolos*, de Friedrich Nietzsche (2018), *Sobre a Pedagogia*, de Immanuel Kant (2018), *Dos Deveres (De Officiis)*, de Cícero (2018), *Autobiografia*, de John Stuart Mill (2018), entre outros. As capas desta coleção, de design simples e sóbrio, fazem parte do plano de renovação das capas conduzido pela Edições 70, que confiaram à FBA (Ferrand, Bicker & Associados), numa aposta com vista “à simplificação e clarificação da marca”⁷⁰.

Para terminar, referimos ainda *O Totemismo Hoje*, de Claude Lévi-Strauss (2017) que pertence à coleção Perspetivas do Homem⁷¹; *Que é uma coisa?*, de Martin Heidegger (2017) e *De Fora – uma filosofia para a Europa*, de Roberto Esposito (2018), ambos da Biblioteca de Filosofia Contemporânea⁷². No campo da ética, destaca-se *Ética Aplicada – Animais*, de Maria do Céu Patrão Neves, inserida na coleção Ética Aplicada, cujas obras incluídas destinam-se a “identificar, refletir e problematizar as principais questões éticas” e que se dirigem “a todos os que não se demitem do exercício de uma cidadania consciente, livre e responsável”⁷³. Como parte da coleção Arte & Comunicação⁷⁴, importa referir o mais recente lançamento de Carlos Melo Ferreira intitulado *Cinema Clássico Americano – géneros e génio em Howard Hawks* (2018).

⁶⁸ Comunidade Cultura e Arte, 2017

⁶⁹ *Textos Filosóficos* | <http://www.edicoes70.pt/site/node/3?col=19> (Consultado 23.06.2018)

⁷⁰ <http://blogtailors.com/3569677.html> (Consultado 23.06.2018). Adicionalmente, Costa, 2017, p. 52-53.

⁷¹ *Perspetivas do Homem* | “estudo da evolução do Homem sob os aspetos mais genericamente antropológicos” <http://www.edicoes70.pt/site/node/3?col=2> (Consultado 23.06.2018)

⁷² *Biblioteca de Filosofia Contemporânea* | “Aberta a todas as correntes do pensamento, integra autores modernos e textos fundamentais que vão da filosofia da linguagem à hermenêutica e à epistemologia”. <http://www.edicoes70.pt/site/node/3?col=17> (Consultado 23.06.2018)

⁷³ *Ética Aplicada* | <http://www.edicoes70.pt/site/node/3?col=543> (Consultado 23.06.2018)

⁷⁴ *Arte & Comunicação* | “obras que abordam a estética em geral, as diferentes artes, os aspetos sociológicos e políticos.” <http://www.edicoes70.pt/site/node/3?col=4> (Consultado 23.06.2018)

2.3. Actual Editora

A Actual Editora foi fundada em 2005 por Sofia Ramos e Miguel Calado com a ambição de ser uma editora de referência nas áreas de Economia e Gestão. Em 2008, tornou-se um elemento integrante do Grupo Almedina, “beneficiando da inclusão numa estrutura maior, mais sólida, o que veio facilitar a proximidade com os parceiros e com o público.”⁷⁵ Esta decisão, considerada a mais vantajosa para o futuro da editora, baseou-se nas vantagens de “complementaridade na área dos livros técnicos” e o “track record impressionante” da equipa⁷⁶.

Com mais de cem títulos no catálogo, a Actual Editora assume a missão de “[e]ditar em língua portuguesa livros nas áreas da Gestão e Economia que primem pela qualidade técnica, actualidade temática, relevância de conteúdos e design inovador”, complementando com a sua visão de “[a]judar a formar e informar estudantes, docentes e profissionais, para que ampliem conhecimentos e competências, contribuindo assim para o aperfeiçoamento da sociedade através da gestão mais eficaz das organizações”, sem nunca descuidar valores como conhecimento, actualidade e melhoria contínua⁷⁷.

Após uma consulta ao seu catálogo, verificamos a existência de dezoito coleções que englobam temáticas como Marketing, Economia, e Administração e Gestão, o que evidencia a sua especialidade, mas também de outras áreas como Sociologia ou Ciência Política. Destacamos sobretudo coleções como a Biblioteca do Gestor⁷⁸, que remete para as obras do autor Manuel Alberto Ramos Mações, ou a coleção Harvard⁷⁹, a que pertencem os títulos de grandes especialistas nas áreas de Economia e Gestão. A coleção Clássicos da Economia⁸⁰ é outra igualmente relevante, pois, como o próprio nome indica, pertencem obras que constituem verdadeiras referências ao estudo da Economia, nomeadamente *A Economia Numa Lição*, de Henry Hazlitt (2014) ou *A Ilusão Monetária*, de Irving Fisher (2015). Ainda sobre Economia, mas classificadas como Extra Coleção⁸¹, é de referir *A Economia Portuguesa na União*

⁷⁵ <http://www.actualeditora.com/node/2> (Consultado 21.06.2018)

⁷⁶ <http://blogtailors.com/2342398.html> (Consultado 21.06.2018)

⁷⁷ <http://www.actualeditora.com/node/2> (Consultado 21.06.2018)

⁷⁸ *Biblioteca do Gestor* | “A gestão estuda-se e os bons gestores fazem-se aplicando na prática a teoria. O sucesso das organizações depende da boa gestão e uma boa gestão passa pela tomada de decisões acertadas.” <http://www.actualeditora.com/node/3?col=574> (Consultado 21.06.2018)

⁷⁹ *Coleção Harvard* | “Este conjunto de títulos, com o selo de qualidade da Harvard Business Press, disponibiliza em língua portuguesa as teorias mais avançadas e os textos indispensáveis para profissionais, docentes e estudantes.” <http://www.actualeditora.com/node/3?col=123> (Consultado 21.06.2018)

⁸⁰ *Clássicos da Economia* | <http://www.actualeditora.com/node/3?col=416> (Consultado 21.06.2018)

⁸¹ *Extra coleção* inclui obras “que se destacam das categorias habituais pela sua temática ou pelo seu formato”. <http://www.actualeditora.com/node/3?col=295> (Consultado 21.06.2018)

Europeia 1986-2010, organizada por Fernando Alexandre e Pedro Bação (2015), e *A Desigualdade no Mundo – uma nova abordagem para a era da globalização*, de Branko Milanovic (2017).

O tema Administração e Gestão destaca-se primeiramente pela publicação de *Indústrias do Futuro*, de Alec Ross (2016), cuja apresentação decorreu na StartUp Lisboa em 2017⁸², uma incubadora de empresas cujo objetivo é “facilitar a criação e desenvolvimento da iniciativa empresarial através da combinação de infraestruturas e serviços de apoio especializados”⁸³. Igualmente, também *As Upstarts – como a Uber, a Airbnb e os unicórnios da nova Silicon Valley estão a mudar o mundo*, de Brad Stone (2017) merece uma distinção, uma vez que reflete sobre o impacto das tecnologias atuais na vida e organização de sociedades. Na coleção HBR (Harvard Book Review) 10 Artigos Essenciais⁸⁴, sobressai *Marketing Estratégico* (2018) com dez textos fundamentais sobre “como o marketing estratégico é a chave para ganhar vantagem competitiva”⁸⁵. Finalmente, sobre Marketing, como parte da coleção Gestão⁸⁶, distingue-se *Grandes Métricas do Marketing – os principais indicadores que todo o gestor deve conhecer*, organizado por Neil T. Bendle e Paul W. Farris.

Fora dos temas-líderes da Actual Editora, é pertinente destacar *Geografia dos Génios* de Eric Weiner (2016), um livro que pretende analisar “a relação entre determinadas cidades e algumas das ideias mais inovadoras que a história da humanidade conheceu”⁸⁷ para descodificar a importância da cultura na criatividade. Mais recentemente, a Actual Editora assumiu a publicação do escandaloso livro de Michael Wolff, *Fogo e Fúria – dentro da Casa Branca de Donald Trump* (2018)⁸⁸, que explora a polémica da presidência de Trump.

⁸² Pedro, 2017

⁸³ <http://www.incubadoraslisboa.pt/?pg=incubadora&id=9> (Consultado 21.06.2018)

⁸⁴ HBR 10 Artigos Essenciais | coleção de referência que apresenta grandes ideias e as melhores práticas de gestão tanto para líderes experientes como para principiantes. <http://www.actualeditora.com/node/3?col=538> (Consultado 21.06.2018)

⁸⁵ <http://www.actualeditora.com/node/3?id=43929> (Consultado 21.06.2018)

⁸⁶ *Gestão* | O conjunto de livros nesta secção foi criteriosamente selecionado para responder às necessidades dos profissionais que querem manter-se a par dos conceitos e das estratégias de gestão mais inovadores e eficazes. <http://www.actualeditora.com/node/3?col=118> (Consultado 21.06.2018)

⁸⁷ <http://www.actualeditora.com/node/3?id=35413> (Consultado 21.06.2018)

⁸⁸ *Jornal de Notícias*, 2018

2.4. Minotauro

A Minotauro foi estabelecida em 2009 na qualidade de chancela das Edições 70 e assume a missão de conquistar um novo universo de leitores e guiá-los nos labirintos da leitura⁸⁹. No plano editorial, a atuação da Minotauro assume dois períodos distintos.

Num primeiro momento, a estratégia desta editora recém-criada pautou-se pela divulgação e publicação de literatura espanhola contemporânea, nomeadamente *Crematório*, de Rafael Chirbes; *Sem Necessidade*, de Julián Rodríguez; *Contra-Natura*, de Álvaro Pombo; e *Bingo!*, de Esther Tusquets. Estas publicações fazem parte da coleção Minotauro⁹⁰, que engloba as narrativas de autores espanhóis contemporâneos com obras rigorosamente selecionadas e apelativas e foram distinguidas com Prata no European Design Awards em 2010. Os livros, de capa dura, venceram pela abordagem arriscada ao adotarem um *design* clássico e distinto do habitual no panorama português, de modo que o resultado final prima pela noção de qualidade da coleção⁹¹. Nas palavras de José Mário Silva, “os livros da Minotauro distinguiram-se pela excelência gráfica e requintes de acabamento. Uma cor para cada livro, ilustrações a preto e branco, uma identidade clara e imediatamente reconhecível.”⁹²

Num outro momento, em 2016, o rumo da Minotauro sofreu uma transformação ao nível da estrutura, de tal modo que passou a incluir uma maior variedade de géneros, como infantojuvenil e fantástico, e autores como V. E. Schwab, Sara Novic, ou Mário Cláudio. O catálogo também foi alterado, contemplando novas coleções (oito, até à data⁹³), e salientamos em particular as seguintes publicações do ano 2017: na coleção Clepsidra⁹⁴, identificamos *A Serpente do Essex* de Sara Perry e *Mulheres sem Nome* de Martha Hall Kelly; na coleção Minotauro Ficção⁹⁵, sobressaem *Rapariga em Guerra* de Sara Novic e *O Homem Que Duvidava* de Eric Canin, vencedor do British Book Awards; finalmente, na coleção Ali-Baba⁹⁶, *A Última Paragem* de Matt de la Peña com ilustração de Christian Robinson. Em paralelo, ainda neste ano, a editora

⁸⁹ <http://www.minotauro.pt/about-me/> (Consultado 21.06.2018)

⁹⁰ *Minotauro* | “coleção de narrativa de autores espanhóis contemporâneos com obras rigorosamente selecionadas e apelativas”. http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=311 (Consultado 21.06.2018)

⁹¹ <https://europeandesign.org/submissions/minotauro-book-series/> (Consultado 19.06.2018)

⁹² Silva, 2010

⁹³ http://www.almedina.net/catalog/index.php?editoras_id=483 (Consultado 19.06.2018)

⁹⁴ *Clepsidra* | “[g]randes livros de ficção histórica, que encantam não só pela narrativa, mas também por nos fazerem viajar no tempo.” http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=567 (Consultado 19.06.2018)

⁹⁵ *Minotauro Ficção* | “[g]randes obras de ficção que iluminam o nosso caminho nos labirintos da literatura.” http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=568 (Consultado 19.06.2018)

⁹⁶ *Ali-Babá* | “Livros ilustrados destinados aos mais novos, repletos de lições de vida valiosas e intemporais” http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=573 (Consultado 19.06.2018)

iniciou um blogue com o intuito de aproximar os leitores, transmitir novidades e informar sobre os lançamentos de novos livros.

O ano de 2018, em contraponto, marca a publicação de autores de renome da língua portuguesa: Mário Cláudio escreveu *A Alma Vagueante*, que venceu a terceira edição do Grande Prémio de Crónica e Dispersos Literários⁹⁷; e recentemente, em maio, a Minotauro lançou o primeiro volume da coleção Obras de Maria Judite de Carvalho, *Tanta Gente, Mariana*, ambicionando “fazer renascer a sua obra, e para apresentá-la a esta nova geração de leitores”⁹⁸. A coleção será constituída por seis volumes a serem publicados até ao final do próximo ano.

⁹⁷ Agência Lusa, 2018a

⁹⁸ Agência Lusa, 2018b

III. ESTÁGIO NA EDIÇÕES ALMEDINA

Neste segundo capítulo, procede-se à descrição e análise das tarefas realizadas no período de estágio nas Edições Almedina, de outubro a fevereiro, sob orientação da editora Sofia Barraca.

Para começar, será feita uma introdução papel do revisor, abordando a sua posição no mundo editorial, características da profissão e, em particular, a sua representação na lei. A seguir, serão descritas as obras revistas durante o período de estágio, com particular incidência naquelas que foram preponderantes para o desenvolvimento das competências imprescindíveis ao exercício desta atividade.

3.1. O Revisor

A cadeia de valor do livro é o conjunto de várias atividades editoriais que, conjuntamente, contribuem para a produção do livro, desde o momento em que este é concebido até ao momento em que o leitor o compra e lê. Destas atividades, todas intrinsecamente ligadas, destaca-se aquela que é diretamente responsável pelo livro em termos de composição, estrutura, edição e estética; no fundo, aquela que estabelecerá a ligação entre o autor e o leitor. Refiro-me concretamente à edição⁹⁹ e, em particular, aos seus agentes de intervenção, dos quais se destaca, para interesse e reflexão deste relatório, o revisor.

Existem várias conceções sobre este “autor secundário”¹⁰⁰, algumas delas associadas à especificidade da sua profissão, mas, sucintamente, define-se revisor como “aquele que corrige”¹⁰¹.

⁹⁹ “Edição. Instituição social e empresa de difusão de massa, assumindo todas as tarefas intermediárias entre a redacção de um texto por um criador e a colaboração deste nas mãos do leitor-receptor por meio de pontos de venda (livrarias). O termo edição aplica-se principalmente ao texto impresso e aos livros, mas as funções que ele representa inserem-se em toda uma cadeia de comunicação de massa endereçada a um público anónimo.” (A. Moles, 1971) (cit. por Martins, 2005, p. 36)

¹⁰⁰ Martins, 2005, p. 126

¹⁰¹ Faria *et al.*, 2008, p. 1088

i) o revisor, a revisão e a autorrevisão

O revisor é um dos elementos mais essenciais no desenvolvimento da produção do livro. É responsável pela revisão, processo que consiste “quite straightforwardly as the act of making changes to a written document to make it better”¹⁰², resultando, sumariamente, na correção de “spelling, hyphenation, capitalization, agreement of verbs and subjects, beginning and ending of quotation marks and parenthesis (...)”¹⁰³, de forma a que a mensagem do autor seja direta e corretamente transmitida para o leitor. Esta profissão é considerada uma das mais antigas do mundo; as suas origens remontam ao século III antes de Cristo, embora só tenha sido privilegiada no século XV, aquando do aparecimento do livro¹⁰⁴. No entanto, esta antiguidade não reflete a devida importância do revisor na coordenação editorial.

Se pegarmos num livro de literatura e consultarmos a respetiva ficha técnica, constatamos que existe sempre uma referência ao revisor, o que nos indica que a obra passou por um processo de revisão, significando, idealmente, que o texto se encontra livre de incorreções. Pode ser verdade; no entanto, a verdadeira problemática insurge-se na seguinte pergunta: se o livro passou pelas mãos capazes do revisor, se o livro foi revisto na íntegra e se o editor aprovou a revisão final¹⁰⁵, como é que o livro contém erros? Mais importante ainda: como é que se fazem publicações com erros?

Existem várias respostas para estas perguntas, mas é importante frisar que a culpa não é só do revisor. Tal como nas outras áreas do trabalho, há bons e maus profissionais, porém, o revisor, na qualidade de interveniente na produção do livro, não trabalha sozinho, mas sim sob a alçada do editor, o *frontman* da edição; logo, fica no entendimento deste que revisor irá contratar, pelo que se presume que a escolha irá recair numa pessoa habilitada, experiente e profissional.

A passagem do século XX ao século XXI catalisou múltiplas transformações e alterações comportamentais, de tal forma que nem o setor editorial ficou indiferente. O *Relatório Mundial da Informação* da UNESCO confirma este pressuposto: “o programa tecnológico tem sobre a edição repercussões sem equivalente desde o início do século XIX (...) assiste-se, neste final do

¹⁰² Horning *et al.*, 2006, p. 10

¹⁰³ Clark, 2001, p. 91

¹⁰⁴ Martins, 2005, p. 126

¹⁰⁵ “*Revisão final* – Última leitura de um texto, prévia à sua impressão e destinada à correcção de eventuais erros ou gralhas e à introdução de algumas alterações finais.” Faria *et al.*, 2008, p. 1087

século XX, a uma transformação profunda da edição.”¹⁰⁶ Logicamente, a intervenção do revisor na cadeia do livro também foi modificada.

No mundo do livro, o revisor está inserido na categoria de autor secundário, a par com o ilustrador e o tradutor, e as suas funções são variadas, podendo envolver uma revisão literária, “pela introdução de emendas estilísticas para melhorar os textos a publicar, sejam originais ou traduções”, ou, então, uma “preparação ou marcação de original pela intervenção no texto para o adequar às normas de edição («estilo da casa»)”, ou, finalmente, uma revisão de provas, “pelo confronto da compatibilidade da prova com o estado prévio do texto”¹⁰⁷.

Antes da viragem do século, o revisor desempenhava uma função privilegiada, ao fazer parte da cadeia de valor do livro como uma atividade primária, porém, atualmente, o revisor é um acessório contratado sob responsabilidade do editor¹⁰⁸, trabalhando usualmente como *freelancer*, muitas vezes para vários clientes, como as editoras. O que significa esta opção? Significa que o revisor, que atua como elo de ligação entre o autor e o leitor em termos de transmissão de conteúdo, não está, como esteve outrora, inserido de forma direta e conjunta com os outros elementos na produção do texto, isto é, já não acompanha “a linha editorial da empresa e a linha completa da produção de um livro”¹⁰⁹, o que prejudica o trabalho quanto a prazos de entrega e ao cumprimento do guia de estilo (se for facultado), daí serem frequentes os erros nas publicações. Malta, revisor e especialista em revisão, aponta que os erros aparecem “porque, muitas vezes, a editora tem muita pressa de receber ‘de volta’ o trabalho, seja em que estágio for, não dando tempo ao revisor de proceder a uma leitura mais atenta ou, principalmente, (caso dos originais e das primeiras provas), a uma releitura (...)”¹¹⁰.

Por outro lado, as incorreções também podem ser consequências da autorrevisão, na medida em que quem revê o texto é o próprio autor. Este, na qualidade de “pessoa física ou colectividade que cria uma obra literária, artística ou científica”¹¹¹, está apto para desempenhar as funções típicas de um revisor, pois é certo que ninguém conhece a obra tão bem como aquele que a escreve. No entanto, enquanto “responsável pelo seu conteúdo intelectual, ordenação e forma”¹¹¹, o autor não possui o devido distanciamento para rever as suas páginas de uma forma objetiva e imparcial; por conseguinte, “[a]s obras revistas pelos próprios autores apresentam, com demasiada frequência, uma ‘revisão’ deficitária, o que se traduz na publicação

¹⁰⁶ Martins, 1999, p. 11

¹⁰⁷ Martins, 2005, p. 126-127

¹⁰⁸ Martins, 2005, p. 109

¹⁰⁹ Silva, 2009, p. 57

¹¹⁰ Cit. por Passos *et al.*, 2011, p. 7

¹¹¹ Faria *et al.*, 2008, p. 119

de obras com gralhas, incorrecções linguísticas e falta de uniformização de caracteres gráficos”¹¹².

Como é evidente, rever um texto requer competências que vão para além da procura e correção de gralhas – esta função é, apenas, uma das muitas que o revisor realiza –, além de um distanciamento quanto ao conteúdo de forma a ser possível aplicar as devidas emendas tendo em vista o interesse do futuro leitor.¹¹³ Além disso, é pertinente deduzir que a intervenção do autor no conteúdo pode causar alterações irremediáveis, que podem abalar o processo de produção e, consequentemente, o próprio plano editorial pode vir a ser alterado: “[d]e facto, o não cumprimento de datas na entrega atempada das provas pode ameaçar todo o processo de edição, sendo ainda mais emblemático quando a apresentação da obra já está agendada desde o início do processo”¹¹⁴. Adicionalmente, a autorrevisão produz um resultado fragmentado, contendo erros de várias ordens (linguísticos, ortográficos, tipográficos), e cujas consequências, além de afetarem o próprio, diminuem o sucesso do livro junto dos leitores e a editora sujeita-se ao prejuízo e à má publicidade.

Concluindo, o autor não deve desempenhar dois papéis em simultâneo; escrever um livro é já por si um feito esmagador, mas participar na revisão do mesmo deve apenas ser encorajado se tal for em cooperação com uma pessoa especializada (o revisor), de forma a que exista a troca de ideias em relação à correção de determinado pormenor. Como argumenta Alfaro, “o processo editorial obriga a um trabalho de equipa: um revisor e um autor não são, para bem deste último, inimigos; parceiros de trabalho, caminham para um mesmo objetivo – se não a excelência, pelo menos a competência do trabalho final”¹¹⁵.

A verdade é que o revisor se tornou um *afterthought* da editora, não tanto por respeito à atividade de revisão, mas sim pela necessidade de cumprir os mínimos requisitos, nomeadamente a correção de gralhas decorrentes da conversão tipográfica ou para verificar a ortografia. Com efeito, no século XXI, com as tecnologias avançadas, o papel do revisor funciona como um *back-up* de segurança, uma vez que a existência de *softwares* e funcionalidades de correção, como, por exemplo, o corretor automático do Microsoft Word, são preferíveis – porque são mais rápidos e mais baratos – a uma despesa que pode ocupar

¹¹² Portela, 2009, p. 39

¹¹³ “Os revisores precisam posicionar-se como consumidores dos textos. Eles analisarão se os textos dizem tudo o que deve ser dito por si só ou se precisarão de explicações por parte dos autores.” Passos *et al.*, 2011, p. 13

¹¹⁴ Portela, 2009, p. 39

¹¹⁵ <http://blogtailors.blogspot.pt/2009/03/opinio-algumas-linhas-sobre-nobre.html> (Consultado 05.04.2015)

algum tempo¹¹⁶. Ivo Castro cimenta uma perspetiva muito dura sobre o papel do revisor na atualidade:

«Hoje, pelo contrário, o texto aparece 'engarrafado' e o técnico já não é obrigado a lê-lo. A tecnologia tornou-se menos humana, o profissional passou a estar mais longe do fazer do livro, o distanciamento entre o operário e o trabalho passou a ser maior. Entretanto, surge nova gente, desalojada de outras profissões, não ambientada ao livro, sem tarimba ou escola, que passa a agir por cábulas e livros de instruções. E surgem também as transgressões dos curiosos que, equipados com as novas tecnologias, fazem edição doméstica.» A terminar, anotava ainda Ivo Castro: «As profissões do livro perderam a sua alma. (...)»¹¹⁷

O desenvolvimento da tecnologia, somado à inovação da internet, acelerou enormemente o acesso à informação. E se considerarmos a edição como um mundo em permanente renovação, é compreensível que haja urgência na obtenção de dados e de formas de transmissão e de comunicação, pelo que é ainda mais necessária a presença do revisor para rever não só o que concerne à língua (ortografia, sintaxe, pontuação, etc.), mas também a verificação de factos, que podem dar azo a confusões. Contudo, é necessário que haja disciplina por parte do revisor, pois este tem de acompanhar necessariamente a velocidade de informação, além de desenvolver as suas capacidades em paralelo para conseguir equilibrar ambos, de forma a desempenhar o seu trabalho de forma correta e positiva.

ii) revisão de texto e revisão de provas*

Ao longo desta exposição, o termo revisão tem sido utilizado de forma generalística, tendo apenas como ponto de partida o seu objetivo – “making changes to a written document do make it better”. No entanto, revisão engloba vários métodos de correção que são utilizados em várias instâncias do processo de edição, de acordo com as palavras de Martins quando afirma que “o trabalho de *editing* exige técnicas precisas que variam conforme os objectivos, o texto (original ou tradução) e o destino (livro ou jornal, enciclopédia ou manual escolar, etc.)”¹¹⁸; além do objetivo geral de tornar o texto melhor, este autor também regista outros de

¹¹⁶ Passos *et al.*, 2011, p. 10

¹¹⁷ Cit. por Martins, 2005, p. 130

* Para uma confrontação mais aprofundada sobre a revisão, recomendamos a leitura do relatório *Desafios e Oportunidades do Papel do Editor: Relatório de Estágio na Almedina*, elaborado por Inês Costa, páginas 5-19, disponível no RIA.

¹¹⁸ Martins, 2005, p. 127

caráter prático, como sejam “[c]ativar o leitor (tornar o texto mais agradável, realçando imagens, sensações, raridades), clarificar (tornar inteligível um texto técnico ou científico ou então mal escrito) ou encurtar (versão abreviada, compressão ou condensação de texto extenso, digest)”¹¹⁹. Os principais métodos, que serão abordados nestas páginas, correspondem à revisão de texto e à revisão de provas que compreendem critérios de atuação distintos.

Uma vez que a revisão de texto acontece numa fase inicial de produção, a ter início no momento em que o editor recebe e envia ao revisor o original que o autor submeteu para publicação, esta será o nosso ponto de partida.

Assim, para começar, é imprescindível fazer um ponto de situação sobre o vocabulário a utilizar neste contexto. Neste sentido, é importante referir a ausência de fontes portuguesas sobre material de estudo sobre a revisão, no geral e o seu contexto em Portugal, pelo que muito do que será aqui explicitado tem por base os seguintes manuais – *Butcher’s Copy-Editing* e *New Hart’s Rules*¹²⁰, ambos uma referência para qualquer interveniente do livro, sobretudo para o revisor. Neste aspeto, surge a necessidade de estabelecer algumas diferenças linguísticas: “(...) No inglês, por exemplo, o que designamos por editor diz-se *publisher*, de ‘publish’, do latim *publicare*, ‘tornar público’, usando-se a palavra editor apenas no sentido de ‘aquele que prepara material escrito para publicação’”¹²¹. Correspondendo, em inglês, o termo *editor* ao revisor, a palavra revisão, como é evidente, liga à noção de *editing*, o que, no contexto de revisão de texto, encontra correspondência com a técnica *copy-editing*. Desta forma, *copy-editing* assume como principal função “to remove any obstacles between the reader and what the author wants to convey”, em que o *copy-editor* (termo alusivo ao revisor de texto) é “the reader’s advocate and the author’s ambassador”¹²². Com efeito, o revisor é um elemento ao serviço de três entidades que conjuntamente querem uma publicação sem erros: o autor, o editor e o leitor¹²³.

Segundo o manual *Butcher’s Copy-Editing*, a tarefa de *editing* pode ser executada em quatro frentes: *substantive editing*, *detailed editing for sense*, *checking for consistency*, e *clear presentation of the*

¹¹⁹ Martins, 2005, p. 127

¹²⁰ Embora não haja uma referência nacional, existe o *Manual de Redação e Normalização Textual* (Medeiros, 2002) que estabelece importantes conceitos, e o livro *Profissões do Livro* oferece alguma contextualização sobre o revisor (Martins, 2005). *Butcher’s Copy-Editing* (Butcher *et al.*, 2006) e *New Hart’s Rules* (Oxford University Press, 2005), assim como *The Copyeditor’s Handbook* (Einsohn, 2006) são o *must have* de qualquer revisor e uma mais valia para conseguir solidificar uma importante rede de clientes.

¹²¹ Febvre & Martin, 1958. Cit. por Martins, 2005, p. 127

¹²² Butcher *et al.*, 2006, p. 1

¹²³ Einsohn, 2006, p. 3

material for the typesetter. A primeira corresponde a uma fase inicial, que implica uma leitura com vista à limpeza e melhoria da apresentação do texto em termos de “content, scope, length, level and organization”¹²⁴, na procura de conjeturas que possam atentar a credibilidade do autor, como o plágio. A este propósito, Clark atenta na importância desta etapa, salientando a necessidade de possuir “clear perception of the author’s intent” e acrescentando que a atenção do revisor deve focar-se em “discordant notes, such as obscure, incoherent, misleading or ambiguous sentences (...); unintentional use of mixed metaphors or of repetition (...) author’s errors of fact, and inconsistencies, omissions, contradictions and illogicality in their argument”¹²⁵. Por outro lado, *detailed editing for sense* e *checking for inconsistency* são passagens que podem ser realizadas em simultâneo, uma vez que o objeto de atenção está centrado no corpo de texto, em elementos como a coesão, a coerência, ortografia, pontuação, uso de abreviaturas, notas de rodapé e referências e o estilo de formatação, consistindo na definição mais usual, mas nem por isso menos incorreta, da verdadeira essência da revisão de texto. Finalmente, *clear presentation of the material for the typesetter* corresponde ao último tópico desta intervenção e que significa, essencialmente, a preparação do texto antes do envio para o paginador, em que se verifica a inserção de todas as emendas e que não ficou nada por acrescentar.¹²⁶

Adicionalmente, também Medeiros, no *Manual de Redação e Normalização Textual*, oferece uma enumeração das várias atividades pelas quais o revisor de texto assume responsabilidade: “respeite o texto que o autor escreveu e evite alterações que não se justificam gramaticalmente”; “mantenha-se atento com nomes de pessoas, geográficos e históricos; nomes de pessoas devem ser anotados porque podem aparecer em outras partes do livro”; “procure atuar incansavelmente, objetivando a perfeição do resultado dos trabalhos realizados, mas lembre-se que (...) é um trabalho que não se exaure; exige sempre complementação; começa com a correção original e ainda à última prova pode ser aperfeiçoada”¹²⁷.

A intervenção do revisor de texto, no entanto, não deixa de ser aquela de “someone who cares enough about perfection of detail to spend time checking small points of consistency in someone else’s work but has the good judgement not to waste time or antagonize the author by making unnecessary changes.”¹²⁸

¹²⁴ Butcher *et al.*, 2006, p. 1

¹²⁵ Clark, 2001, p. 91

¹²⁶ Butcher *et al.*, 2006, p. 2

¹²⁷ Medeiros, 2002, p. 228

¹²⁸ Butcher *et al.*, 2006, p. 4

Acerca da revisão de provas, atividade designada em inglês de *proofreading*, ela tem o seu lugar já na fase final da produção do livro, na medida em que o texto já se encontra paginado e a principal função é verificar se este está em conformidade com o original, uma tarefa que geralmente envolve uma atenção crítica na procura de erros tipográficos, como indica Antunes¹²⁹. Acresce, ainda, que a revisão de provas pode “sintetizar-se na harmonização de textos em termos linguísticos e de técnica tipográfica”¹²⁹. De acordo com Butcher, a leitura da revisão de provas pode ser feita segundo duas técnicas: *for sense* e *against copy*. A primeira caracteriza a atenção dada à ortografia e pontuação sem consulta com o texto original, ao passo que a segunda se aplica a um tipo de leitura mais complexa, integral, e com uma consulta simultânea ao original. Este manual afirma que os editores “generally expect proofreaders to be able to read for sense and mistakes in one read”¹³⁰.

Este método de revisão exige uma atenção inflexível por parte do revisor de provas e é composto por vários processos de intervenção, nomeadamente a *revisão a dedo*, “[t]ipo de revisão tipográfica na qual o revisor corre os dedos pelo original enquanto verifica se não houve omissão ou erro nas palavras”; *revisão batida*, que engloba a “[c]omparação da primeira prova com a segunda através da sobreposição, a fim de verificar se todas as emendas foram feitas”, e a *revisão cotejada*, “[a] que é feita de um modo simples (só o revisor sem o conferente), comparando a prova apenas com o original de vez em quando”¹³¹. Antunes considera que três é o número de provas mais acertado a realizar, defendendo que

—A primeira, que deve ser a de limpeza, será cotejada pelo original.

—A segunda deve ser vista pelo autor.

—A terceira deve ser feita pelo profissional que tenha conhecimentos de tipografia e serve para contraprova e revisão técnica.¹³²

Por outro lado, embora Medeiros também concorde que as provas são realizadas pelo menos três vezes, este autor apresenta uma conceção distinta de Antunes:

a primeira serve para uma leitura de confronto com o original; a segunda e demais servem para uma releitura em que são feitos pequenos acertos (...). Os profissionais de revisão têm consciência de que nesta fase devem ser corrigidos erros gramaticais e não de estilo, evitando

¹²⁹ Antunes, 1997, p. 91

¹³⁰ Butcher *et al.*, 2006, p. 98

¹³¹ Faria *et al.*, 2008, p. 1087

¹³² Antunes, 1997, p. 91

delongar o processo indefinidamente. (...) Entre uma prova e outra, os profissionais de revisão procedem à batida de prova, que consiste na superposição da segunda prova sobre a primeira, da terceira sobre a segunda, e assim por diante, para verificar se as emendas foram realizadas com correção.¹³³

Sendo certo que a revisão de texto e a revisão de provas ocorrem em momentos distintos na fase de produção do livro, a consideração de que ambas representam o mesmo conceito ou método é errónea, pois “[f]ull scale revising may include major new sections of text or even a substantially new try at a document, while editing involves spelling, grammar, word-usage, and other local concerns”¹³⁴. Esta opinião é igualmente partilhada por Einsohn, que assume uma posição mais firme ao invocar que “[c]opyeditors are not proofreaders. Although many copyeditors are good proofreaders, and all copyeditors are expected to catch typographical errors, copyediting and proofreading are two different functions”¹³⁵.

A ausência de bibliografia não pressupõe que esta técnica é desconhecida no contexto editorial português, pois como relembra Martins,

Embora praticado a medo pelos editores portugueses, o editing tem precedentes nacionais. Noutro lugar, foi estudado o caso de Raul Proença que, como organizador da obra colectiva Guia de Portugal (publicada pela BNL a partir de 1924), impunha «instruções para uso dos colaboradores», considerando-se ele próprio «colaborador do trabalho» para efeitos de «harmonização», «supressão», «ortografia» e outros. E os colaboradores, mesmo os famosos (Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão ou Raul Brandão, entre muitos outros), acatavam o magistério editorial do organizador.¹³⁶

Ao longo da leitura e análise dos vários manuais utilizados na execução deste relatório, rapidamente compreendi que os métodos e técnicas enunciados foram feitos à imagem das grandes editoras que podem dispor de vários revisores, sejam estes de texto ou de provas. Porém, a comparar com o nosso sistema editorial, constituído por dois grandes grupos, médias e pequenas editoras, em que se pode dizer que é raro um revisor fazer parte do gabinete de edição (uma vez que a prática de revisão bem pode ser encarada como um serviço externo), é quase certo que o texto irá passar pelas mãos do mesmo profissional, quer se trate de uma revisão de texto ou para confrontar provas tipográficas. Com efeito, reproduzindo as

¹³³ Medeiros, 2002, p. 28

¹³⁴ Horning *et al.*, 2006, p. 31

¹³⁵ Einsohn, 2006, p. 11 (*italico* do autor)

¹³⁶ Martins, 2005, p. 130

palavras da colega, “[e]sta falta de normalização tem muito que ver com os diferentes mercados editoriais: em Portugal, um mercado mais pequeno, é comum que a um revisor caiba todo o processo”¹³⁷ o que, por conseguinte, tal como já foi demonstrado, pode causar consequências imprevistas.

iii) papel do revisor

Definimos revisor como aquele que corrige, o que indica que uma vez recebido um original ou uma tradução, tem de corrigir o melhor possível de forma a que a mensagem do autor seja facilmente comunicada para o leitor.

Fazer revisão é um trabalho difícil e muito rigoroso, que exige muita concentração e um bom domínio da língua, o que leva à seguinte questão: o que torna o revisor um bom revisor? Antes de responder, é importante desmistificar que saber escrever bem não é critério de formação de um revisor, como bem esclarece José Alfaro no veemente desabafo sobre este autor secundário:

Dois perigosos lugares-comuns minam a credibilidade dos agentes ligados à produção dos conteúdos escritos: o acreditar-se que quem sabe uma língua estrangeira pode ser tradutor; a assunção de que quem escreve razoavelmente bem em português ou quem tem uma licenciatura em Linguística ou em Línguas e Literaturas pode ser revisor.¹³⁸

Esta argumentação não tenciona, de todo, menosprezar o conhecimento da língua, em especial da língua materna; pelo contrário, trata-se de *uma* das ferramentas mais importantes do revisor e a essência do seu trabalho, no fundo, a arte de escrever bem. Com efeito, o revisor deve possuir excelentes conhecimentos linguísticos e deve ser um exímio comunicador ao nível da escrita, qualidades que possuem não só “um valor sociocultural relevante” como, também, promovem “aceitação, credibilidade e prestígio social”¹³⁹.

Precisamente, a linguagem deve ser complementada por um elevado sentido de cultura, em que o revisor deve ser uma pessoa informada e atualizada sobre os eventos e as mudanças que ocorrem no mundo. Como não atua numa área específica, podendo rever qualquer tipo de

¹³⁷ Costa, 2017, p. 7

¹³⁸ <http://blogtailors.blogspot.pt/2009/03/opiniao-algumas-linhas-sobre-nobre.html> (Consultado 05.04.2018)

¹³⁹ Tavares, 2017

texto, é imperativo que o revisor possua conhecimentos sobre a atualidade da informação¹⁴⁰; ademais, deve possuir as suas próprias munições, pelo que se exige consulta a dicionários técnicos e especializados, enciclopédias e manuais selecionados para uma melhor compreensão dos temas. Estas considerações vão ao encontro do parecer de Álvaro F. Antunes que, no seu *Manual de Estilo Gráfico*, determina que “[o] revisor deve ter bastante cultura geral, aliar conhecimentos literários e conhecimentos gráficos. (...) O revisor deve dispor de bons dicionários, bem como de livros de consulta sobre vários assuntos para que se possa socorrer à mais pequena dúvida.”¹⁴¹

Além das competências linguísticas e da cultura geral, existe um requisito que deve ser intrínseco ao revisor, e tão natural como respirar: a capacidade de leitura.

É fundamental que o revisor tenha hábitos de leitura bem desenvolvidos, uma vez que o primeiro passo da revisão começa precisamente com a leitura do texto encomendado. Assumindo o seu papel como o primeiro leitor do texto, “o revisor de textos desenvolve, assim, uma capacidade de leitura diferente”¹⁴², visto que tal vai permitir não só uma compreensão do tema do livro, como também irá indicar o estilo de escrita do autor, onde poderão existir as primeiras evidências de erros, sejam ortográficos sejam sintáticos, mas que vão proporcionar uma visão do tipo de trabalho que terá pela frente, se será uma revisão muito profunda e, portanto, demorada, ou se será rápida e irá cumprir as expectativas do editor.

O ato de rever faz-se ao longo de várias leituras; uma só nunca será suficiente para compreender a dimensão do texto e o volume de trabalho. Malta é perentório: “Ler e rever; sem isso não dá para confiar numa revisão”¹⁴³; todavia, a leitura integral deve ser feita especialmente em duas ocasiões distintas: quando o texto ainda não foi paginado, ou seja, quando este foi entregue para ser revisto numa fase inicial da revisão; e, por fim, após a paginação, servindo a primeira prova para verificar a existência de erros tipográficos¹⁴⁴. E de que forma deve a leitura ser feita? Malta enumera vários métodos, a maioria aplicada à revisão feita por mais de um revisor (revisão em dupla), porém, destaca a leitura em voz alta como a essencial para avaliar o produto final, caso tenha escapado algum erro ou para verificar se as correções fazem sentido. Assim, este especialista argumenta que,

¹⁴⁰ Malta, cit. por Passos *et al.*, 2011, p. 9

¹⁴¹ Antunes, 1997, p. 92

¹⁴² Fidalgo, 2014, p. 20

¹⁴³ Cit. por Passos *et al.*, 2011, p. 6

¹⁴⁴ Malta, cit. por Passos *et al.*, 2011, p. 7

As leituras em voz alta feitas pelos revisores de texto podem causar efeitos benéficos aos seus objetos de trabalho, principalmente se tiverem facilidade de concentrar-se na entonação das suas vozes. Prestarão atenção, assim, na articulação das palavras e ritmo, e se a compreensão for um pouco embaraçosa, ainda há o que consertar nos textos¹⁴⁵.

Para encerrar esta análise, é imprescindível frisar que a leitura efetuada não é de tipo literário¹⁴⁶, semelhante àquela que um leitor comum faz, antes pelo contrário; o revisor estuda e analisa o texto de uma forma crítica e imparcial aos seus próprios interesses pessoais, cujo objetivo é a perceção dos detalhes do texto (sintaxe, ortografia, enfim, a composição técnica do texto) ao invés do seu sentido literário. Apresentamos, nesse sentido, a opinião de Erick Kelemen presente na obra *Textual Editing and Criticism*, que avalia o sentido crítico do revisor e a diferença em relação ao hábito de leitura de um leitor comum: “[e]rror correction is built into the brain’s language centers, so that in fact practicing textual criticism (like *proofreading* and *copy-editing*) involves supressing an automatic activity that is usual when one reads for sense, so one can pay closer attention to the text’s surface features”¹⁴⁷.

O estudo do texto, para o revisor, será sempre a procura das incorreções que o tornam imperfeito para ser lido. Alfaro, num seu artigo de opinião, identifica a profissão do revisor de “[n]obre profissão de empregado de limpeza (a quem alguns também chamam de escravo, capacho ou revisor)”¹⁴⁸, em reflexão sobre a sua função de interveniente na produção do livro. Continuando, “[t]ido (mais ou menos conscientemente) como o degrau mais baixo da escala... «criativa», o revisor limpa a grande «obra», vela para que o autor ou o tradutor não caiam no ridículo, acaba mesmo por o(s) salvar em muitas situações.”¹⁴⁸ De facto, este autor secundário, que provavelmente será o mais secundário de todos, tem a responsabilidade de se certificar que os erros estão extintos da obra, canalizando os cuidados necessários para que o leitor leia, compreenda e ganhe uma outra perspetiva sem entraves.

Sendo certo que o revisor ocupa uma posição definida na escala da edição, visto que salva o autor ou o tradutor do ridículo, é impossível não mencionar certos pontos de vista que refletem o revisor como um profissional *non grato*, na medida em que lhe impõem mais dois cognomes, além daqueles mencionados por Alfaro; são eles, o mutilador e o invisível.

¹⁴⁵ Malta, cit. por Passos *et al.*, 2011, p. 9

¹⁴⁶ “*Leitura Literária* – Qualquer leitura não funcional que satisfaz uma necessidade cultural não utilitária.” Faria *et al.*, 2008, p. 719

¹⁴⁷ Kelemen, 2009, p. 20 (*italico* nosso)

¹⁴⁸ <http://blogtailors.blogspot.pt/2009/03/opinioao-algumas-linhas-sobre-nobre.html> (Consultado 05.04.2018)

Quanto ao primeiro caso, surge a perspetiva contra os revisores que escolhem ignorar quaisquer éticas de profissão e respeito pela obra de outrem, ao ‘mutilarem’ os textos porque discordam do que está escrito ou de como está escrito, “[t]his mysterious process [a revisão] frequently leads to disputes, and horror stories abound of uncontrolled, demented editors mutilating what were previously perfectly publishable works”¹⁴⁹, o que viola o princípio da atividade de revisão, fora o próprio *Código de Direitos de Autor*, precisamente, “a publisher who contracts to publish an author’s work is obliged to publish that work substantially as delivered by the author, and is not entitled to adapt (or ‘improve’) it without the author’s consent”¹⁵⁰.

É imperativo reforçar que o revisor deve assumir sempre uma posição de distanciamento em relação ao texto, ou seja, “por mais que o revisor discorde daquilo que um autor/tradutor escreveu, não deve introduzir alterações apenas com base nas suas preferências e crenças pessoais”¹⁵¹.

O outro termo remete para o papel do revisor enquanto membro invisível tanto da sociedade, como no seio do mundo editorial. No primeiro caso, a invisibilidade deste elemento tem início, de imediato, com a sua formação. Já demonstrámos que uma licenciatura em Línguas não comprova que um indivíduo possa ser revisor, porém, tal como também já provámos que existem certas especificidades desta atividade, nomeadamente ao nível de técnicas de revisão e manuseio de *softwares* de leitura e edição, urge a necessidade de haver uma formação mais concreta nesta área; “[e]m Portugal, não existem cursos de licenciatura especificamente vocacionados para a revisão de textos (...). Na maioria dos casos, aqueles que pretendam adquirir competências e aprofundar os seus conhecimentos (...) só o poderá fazer frequentando cursos de mestrado e pós-graduação”¹⁵².

Por outro lado, e tal como mencionado anteriormente, não existem “manuais de revisão de texto escritos por autores portugueses”¹⁵³, embora existam guias de estilo ou manuais de redação, como o *Manual de Estilo Gráfico* de Álvaro F. Antunes ou o *Livro de Estilo* do Público.

Numa outra perspetiva, “[o] trabalho do revisor deve, assim, ser impercetível para o leitor, tendo sempre em vista a valorização e o melhoramento do texto”, e a revisão de qualidade deve resultar sempre de uma intervenção “que deteta (e não acrescenta) problemas”¹⁵⁴.

¹⁴⁹ Jones *et al.*, 2006, p. 150

¹⁵⁰ Jones *et al.*, 2006, p. 150

¹⁵¹ Fidalgo, 2014, p. 16

* Para um desenvolvimento mais aprofundado sobre este tema, aconselhamos a leitura do projeto *Guia para Revisores de Texto*, de Marta Fidalgo (2014), da Universidade Nova de Lisboa.

¹⁵² Fidalgo, 2014, p. 12-13. A este propósito, recentemente a Booktailors lançou um evento de participação num curso de revisão: <https://www.facebook.com/events/169207137086145/> (consultado 02.06.2018)

¹⁵³ IDEM, 2014, p. 13

iv) os limites do revisor

Ao longo desta exposição sobre o revisor, divulgámos a sua importância no panorama editorial e analisámos as várias facetas do revisor, desde as suas qualidades – algumas tão naturais que tornam o ato de rever um instinto –, às suas funções, e o impacto que estas têm na transmissão de conteúdo do autor para o leitor. Assim, chegou o momento de refletir sobre os limites legais que controlam a sua intervenção.

É verdade que o trabalho de revisão inicia quando o editor aceita a obra para publicação, mas também só é concretizado se tal estiver contemplado no contrato: “[m]ost publishers will therefore seek the author’s express consent in advance to the level of editorial changes they think they might need to make by including a specific clause to that effect in the publishing agreement.”¹⁵⁵. Não obstante, as alterações aplicadas pelo revisor apenas terão o devido efeito se o autor conceder a sua autorização: “1 – Não são admitidas modificações da obra sem o consentimento do autor, mesmo naqueles casos em que, sem esse consentimento, a utilização da obra seja lícita”.¹⁵⁶ A este propósito, releva-se o conceito de direitos morais que, a par com o direito patrimonial, se encontra contemplado na definição de direito de autor, pelo que remetemos para o Capítulo VI do *Código dos Direitos de Autor*, intitulado «Dos Direitos Morais», que especifica:

Artigo 56.º Definição

1 – Independentemente dos direitos de carácter patrimonial e ainda que os tenha alienado ou onerado, o autor goza durante a vida do direito de reivindicar a paternidade da obra e de assegurar a genuinidade e integridade desta, *opondo-se à sua destruição, a toda e qualquer mutilação, deformação ou outra modificação da mesma e, de um modo geral, a todo e qualquer acto que a desvirtue e possa afectar a honra e reputação do autor.*¹⁵⁷

Sendo certo que “um bom revisor deverá perseguir a dúvida até à exaustão”¹⁵⁸, também deve ter consciência de que existe uma linha que limita a sua intervenção e é o próprio que deve saber quando suficiente é suficiente – “[p]ublishing professionals use the term editorial judgement to denote a copyeditor’s intuition and instincts about when to intervene, when to

¹⁵⁴ IDEM, 2014, p. 17

¹⁵⁵ Jones *et al.*, 2006, p. 150

¹⁵⁶ «Artigo 59.º Modificações da Obra», *Código de Direitos de Autor*, p. 1908

¹⁵⁷ *Código de Direitos de Autor*, 2008, p. 1907 (*italico* nosso)

¹⁵⁸ <http://blogtailors.blogspot.pt/2009/03/opinioao-algumas-linhas-sobre-nobre.html> (Consultado 05.04.2018)

leave well enough alone, and when to ask the author to rework a sentence or paragraph”¹⁵⁹. Deste modo, a atuação do revisor deve ser feita de forma profissional, tendo por finalidade última a correção do texto, e não pode, nem deve nunca ser realizada com base em opiniões ou ideais próprios; o *Código de Direitos de Autor* é categórico sobre a penalidade aplicada a quem atrever contra a obra do autor:

Artigo 198.º Violação do direito moral^{160/161}

É punido com as penas previstas no artigo anterior:

- b) Quem atentar contra a genuinidade ou integridade da obra ou prestação, praticando acto que a desvirtue e possa afectar a norma ou reputação do autor ou do artista.

Assim, ainda que se possa considerar o revisor como aquele que “tem o poder de vida ou de morte profissional do autor” ou, numa perspetiva mais hiperbólica, “[o]s revisores só não dominam o mundo porque ainda não se deram conta do poder que têm”¹⁶², a sua intervenção não deixa de ser um ato controlado, não só pelos limites legais da lei, mas sobretudo pela sua própria noção de profissionalismo, o que, no fundo, equivale a mais uma característica que define o revisor como um bom revisor: aquela de saber dizer chega.

Precisamente, o revisor deve aceitar que a perfeição pode nunca vir a ser alcançada num trabalho de revisão, seja de que tipo for, e que deve sempre intervir em conformidade com o que EINSOHN determinou como os ‘quatro mandamentos de revisão de texto’: “[t]hou shalt not lose or damage part of a manuscript”; “[t]hou shalt not introduce an error into a text that is correct”; “[t]hou shalt not inadvertently change the author’s meaning” e “[t]hou shalt not miss a critical deadline”¹⁶³.

¹⁵⁹ Einsohn, 2006, p. 4

¹⁶⁰ *Direito Moral* | “3 – (...) O autor goza de direitos morais sobre a sua obra, designadamente o direito de reivindicar a respectiva paternidade e assegurar a sua genuinidade e integridade.” «Artigo 9.º Conteúdo do direito de autor», *Código de Direitos de Autor*

¹⁶¹ *Código de Direitos de Autor*, 2008, p. 1925

¹⁶² <https://revisaoparaque.com/blog/a-importancia-da-revisao-textual/> (Consultado 05.04.2018)

¹⁶³ Einsohn, 2006, p. 4

3.2. Descrição das atividades

A oportunidade de realizar um estágio curricular assenta na hipótese real de contacto com um mundo que só estudámos na teoria, com a possibilidade de aplicar as competências desenvolvidas ao longo dois anos de estudo. Assim, no decurso de quatro meses, sob a tutela da Edições Almedina, pude participar ativamente em atividades de produção do livro, assistir a reuniões de preparação e de acompanhamento, e ganhar experiência através de aprendizagens de adaptação.

A Edições Almedina tem um protocolo continuado com a Universidade de Aveiro em relação aos estágios curriculares. Uma breve consulta ao Repositório Institucional da Universidade de Aveiro (RIA) permite identificar os vários relatórios resultantes dos trabalhos realizados nesta editora (e na Actual Editora, chancela do Grupo Almedina), ao longo dos anos 2009, 2010, 2014, 2016 e 2017. Tal como eu, também os colegas trabalharam sobretudo no departamento editorial; porém, por oposição, desempenharam variadas atividades relacionadas diretamente com a produção do livro, nomeadamente a leitura e apreciação de originais, manuseamento de *software* editorial (como o SEAE¹⁶⁴), pedidos de ISBN¹⁶⁵, elaboração de fichas de promoção, entre outras atividades. A minha experiência centrou-se especificamente em trabalho de revisão: de provas, realizada *on-screen*, em obras de autores ‘da casa’, e de texto, esta realizada num período inicial em que o texto se encontrava por páginar. Ademais, tive a oportunidade de rever três tipos de índice, que resultaram sem dúvida em aprendizagens inovadoras e aliciantes.

Devido a esta particularidade única do plano de estágio, ao invés de proceder a uma descrição repetitiva das tarefas desenvolvidas em cada obra, procurou-se uma via mais pragmática para demonstrar não só em que consistiu a revisão, mas também as principais dificuldades sentidas.

Assim, fui responsável pela revisão de dezasseis obras do catálogo de 2018 do Grupo Almedina, destas quais três correspondem às Edições 70, outras duas à Actual Editora e as restantes às Edições Almedina. Adiante, segue-se a lista de todas as publicações revistas por ordem cronológica:

Partilhas Litigiosas – Volume I, Augusto Lopes Cardoso

Capitalismo, Socialismo e Democracia, Joseph A. Schumpeter | Actual Editora

O Conflito das Faculdades, Immanuel Kant | Edições 70

¹⁶⁴ SEAE – Sistema Eletrónico de Acompanhamento de Edição. (Portela, 2009, p. 43)

¹⁶⁵ ISBN – *International Standard Book Number*

Código Civil Anotado – Livro V, Cristina Araújo Dias
Os Progressos da Metafísica, Immanuel Kant | Edições 70
Guerra e Paz no Século XX, Isabel Cabrita e Manuel de Almeida Ribeiro (coords.)
Direito das Contraordenações, Augusto Silva Dias
Tributação do Património, António Santos Rocha, Eduardo José Martins Brás
As Ideias Decisivas, Harvard Book Review | Actual Editora
Anotações sobre as Cores, Ludwig Wittgenstein | Edições 70
Escritos do Direito do Trabalho, António Monteiro Fernandes
Direito Económico, Luiz Cabral de Moncada
Partilhas Litigiosas – Volume II, Augusto Lopes Cardoso
Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal da Relação de Coimbra
Bissaya Barreto: Ordem e Progresso, Jorge Pais de Sousa
Partilhas Litigiosas – Volume III, Augusto Lopes Cardoso

A exposição das atividades realizadas irá centrar-se em cinco aspetos distintos: em primeiro lugar, nos três volumes das *Partilhas Litigiosas*, de Augusto Lopes Cardoso, o foco incidirá sobre a parceria entre o revisor e o paginador, além de confrontar a edição das notas de rodapé, sobre as vantagens e desvantagens de rever no computador e a forma como a linguagem do autor pode interferir com o público-alvo; em *Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal da Relação de Coimbra*, a abordagem irá contextualizar a noção de obra coletiva e os prós e contras de colaborar com múltiplos autores, referindo, adicionalmente, a criação e a importância de um guia de estilo, em particular numa obra que prima pela uniformização, bem como a revisão feita ao nível da ortografia, visando resolver o conflito entre o Antigo e o Novo Acordo. De seguida, será exposta a experiência de trabalhar na sétima edição de *Direito Económico* de Luiz Cabral de Moncada, de forma a demonstrar a importância de uma caligrafia legível na transmissão de conteúdo essencial para as novas provas do texto.

A seguir, será explicitada a relação do revisor e do tradutor, uma vez que se irá centrar nas obras revistas para as Edições 70, como são *O Conflito das Faculdades* e *Os Progressos da Metafísica*, as duas de Immanuel Kant, onde atuei ao nível dos erros de paginação (translineação, órfãos e viúvas). Por fim, será feita, também, uma exposição sobre índices, como sejam o ideográfico, das *Partilhas Litigiosas*, o remissivo d' *As Ideias Decisivas* e o onomástico de *Bissaya Barreto: Ordem e Progresso*.

Escolhi analisar as publicações que representaram problemáticas variadas, tendo sido relevantes para a minha aprendizagem ao longo do estágio na Edições Almedina. A atenção atribuída a esses exemplos não retira importância àquelas que ficaram por abordar, cujas tarefas realizadas constituem outros aspetos que também complementam o papel do revisor.

No caso de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, à semelhança das obras de Kant, o objetivo desenrolou-se na procura de erros de translineação; o *Código Civil Anotado – Volume V* exigiu a confirmação da estrutura e da organização de todas as anotações, ao passo que *A Guerra e Paz no Século XX* permitiu, também, o desenvolvimento de um guia de estilo que facilitou a leitura do texto. Entretanto, o *Direito das Contraordenações* necessitou de atenção redobrada devido aos espaços duplos e ao espaço entre as vírgulas e a abreviatura de artigo e do número (art.91º > art. 91.º), e *Tributação do Património* implicou a substituição de sublinhados por negrito (em conformidade com os padrões da editora) e retirar as aspas dos itálicos e os duplos espaços, atuação também semelhante com *Escritos do Direito do Trabalho*. Finalmente, *Anotações sobre as Cores*, um texto bilingue alemão/português, pediu a confirmação se o texto original se encontrava corretamente transcrito.

i) *Partilhas Litigiosas*

Todas as obras revistas durante o período de estágio contribuíram para a minha evolução e formação, porém, as *Partilhas Litigiosas* ocupam um lugar de especial importância, pois não só marcaram o início e o fim deste percurso, como também permitiram o desenvolvimento de técnicas de revisão próprias.

Quando uma obra apresenta um número de páginas muito extenso, por razões práticas é norma que esta seja dividida em dois ou mais volumes complementares, por assunto ou por ordem cronológica, e cuja publicação pode ser feita por volumes¹⁶⁶. Esta descrição corresponde às *Partilhas Litigiosas*, cuja extensão (e também por decisão do autor) influenciou a divisão em três volumes a serem publicados com intervalo de um mês cada um, encontrando-se presentemente na sétima edição.

Trabalhar nos três volumes das *Partilhas* permitiu uma verdadeira aprendizagem prática sobre o que consiste a técnica de revisão. Sendo certo que as unidades curriculares de Técnicas de Revisão de Texto e Técnicas de Revisão em Tradução me prepararam para esta realidade, através do ensino e prática da norma portuguesa NP 405, a revisão de grande parte das obras Almedina foi executada *on-screen* muitas vezes sem o suporte físico; as *Partilhas* não foram exceção, mas tive a vantagem de poder manusear os volumes da edição anterior que foram imprescindíveis na solução de muitas dúvidas resultantes de erros tipográficos.

Uma vez que esta obra foi determinante para o desenvolvimento de um estilo próprio de revisão *on-screen*, considero pertinente refletir sobre as vantagens e desvantagens de uma intervenção no computador sem o recurso à revisão tradicional (em papel). Neste entendimento, o primeiro ponto positivo indica precisamente que “[t]his is a more efficient way of working, in that maximum use can be made of the word processor’s editing tools, resulting in improved accuracy and productivity”¹⁶⁷, o que se comprova com a facilidade de utilização da ferramenta Comentário do Adobe Acrobat Reader, que permite rasurar, sublinhar e realçar com eficácia e rapidez resultando num melhor aproveitamento do tempo, por oposição à revisão de provas em papel, cujas correções são feitas de forma manual e o processo desenvolve-se de forma lenta.

¹⁶⁶ Butcher *et al.*, 2006, p. 302

¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 402



fig. 11 Ferramenta Comentário do Adobe Acrobat Reader

Por outro lado, “[s]mall font sizes and detail in graphics can be ‘zoomed up’ to make them easily visible on screen”¹⁶⁸, o que foi particularmente útil, uma vez que as *Partilhas* (bem como qualquer outro livro de Direito) contêm bastantes notas de rodapé, extensas, e muitas vezes acompanhadas de números e letras maiúsculas referentes a processos e a acórdãos. No entanto, existem alguns pontos negativos, um dos quais é de facto evidente: “[s]ome copy-editors worry about the risk of eye strain, stiffness and repetitive strain injury”¹⁶⁹; a rapidez e fácil utilização do computador e de *softwares* não dispensa alguns cuidados pessoais, sobretudo ao nível da visão, pelo que é aconselhável algum cuidado com a iluminação e fazer algumas pausas, até para melhorar o próprio fluxo de trabalho, ou, talvez, intercalar com provas em papel. Além disso, “[c]ompatibility problems between hardware and software may mean that the author’s formatting and intended layout (...) are lost. It may be necessary to refer to the author’s hard copy to discern what was intended”¹⁶⁹, e esta foi uma das principais desvantagens ao longo do trabalho das *Partilhas*; pois fosse por falha do autor, do paginador ou até da conversão de Word para PDF, houve pormenores minuciosos que estiveram em falta e que exigiram uma atenção redobrada, entre consulta no ecrã e confirmação no livro, especialmente no terceiro volume que, apesar de ter menor número de páginas, foi o mais problemático ao nível das emendas.

Acerca das correções efetuadas, estas foram de vária ordem, porém, o principal obstáculo prendeu-se com a linguagem, não por estar mal escrita ou com graves erros ortográficos, mas por causa da entoação, que representa o canónico português arcaico¹⁷⁰ numa forma de escrita que raramente é utilizada hoje em dia. A linguagem é essencial para estabelecer uma ligação entre o autor e o leitor, pois é esta que irá permitir a comunicação entre ambos; evidentemente, o tipo de linguagem de um livro técnico é diferente de um livro de fantasia, porque são duas comunicações distintas. Mesmo um livro de Direito deve utilizar uma linguagem apropriada, pois embora os livros sejam para consumo direto daqueles que

¹⁶⁸ Butcher *et al.*, 2006, p. 402

¹⁶⁹ *Ibid.*, 2006, p. 403

¹⁷⁰ “*Arcaísmo* – Palavra ou expressão duma fase antiga da língua, que se usa para evocar a atmosfera de uma época ou para tirar partido da sugestividade do vocábulo. Termo ou expressão caído em desuso. (...)” (Faria *et al.*, 2008, p. 90)

pertencem à mesma área, há que atender à possibilidade de esses serem manuais de estudo universitário, devendo haver, portanto, o cuidado de não utilizar uma linguagem obsoleta que pode demover algum interessado da leitura.

Adicionalmente, as notas de pé de página foram outra problemática constante ao longo dos três volumes. Uma nota de rodapé contempla uma “[a]notação, geralmente colocada na parte inferior de uma página, que contém a referência de uma ou mais obras ou artigos de publicação periódica, etc., tais como fontes utilizadas para a execução do trabalho ou dados que vêm a facilitar a compreensão do texto”¹⁷¹.

No caso específico dos livros jurídicos, as notas de rodapé completam o raciocínio do autor ou fornecem uma explicação sobre determinado aspeto da lei que, por razões de espaço ou raciocínio, foi relegado para o fim da página, ou apresentam as várias referências jurídicas como acórdãos, processos ou leis promulgadas que suportam o texto; como possuem um carácter informativo, neste tipo de livro as notas tendem a ser bastante extensas.

MINUTA PETIÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE CURADOR PROVISÓRIO À HERANÇA JACENTE
A (...) vem instaurar
PROCESSO DE NOMEAÇÃO DE CURADOR PROVISÓRIO À HERANÇA JACENTE aberta por falecimento de B (...), nos termos dos arts 2048.º-1 e 2.º CCiv, e 1021.º CPCiv, com os fundamentos:
1. Em (...) faleceu intestado B..., no estado de viúvo, cujo último domicílio foi em (...) (DOC. 1).
2. B... deixou dois únicos filhos, de nomes C... e D..., respectivamente (DOCS. 2 e 3), moradores em (...).
3. Os pais do falecido precederam-no na morte.
4. O requerente, E..., e também F..., moradores em (...), são os únicos irmãos de B... (DOCS. 4 e 5).
5. Até agora nem C... nem D... aceitaram, nem repudiaram, a herança paterna.
6. A dita herança é constituída, além de outros, pelos seguintes bens (...).
7. Tão-pouco C... ou D... praticaram quaisquer actos de sua administração.
8. Sucede que os bens que constituem aquela herança estão votados a completo abandono.
9. Alguns deles, dada a sua natureza, correm sério risco de perder-se.
10. Torna-se necessário, portanto, nomear curador à herança jacente, como é lícito e necessário (CCiv. art. 2048.º-1).
11. O requerente, na qualidade de parente sucessível de B..., tem fundado interesse na conservação dos bens que constituem a referida herança, e, assim, na nomeação do curador à mesma herança.
12. É o requerente a pessoa mais idónea para exercer a curatela, pois seus ditos irmãos são pessoas muito doentes e estão até internados nas Clínicas de X...
TERMOS EM QUE, julgado procedente, deve nomear-se o requerente como curador provisório dos bens da dita herança aberta por falecimento de B..., entregando-se-lhe os bens que a constituem mediante arrolamento e com prévia caução.
PARA TANTO, R. a V. Ex.ª que, D. e A., se digne ordenar a citação dos requeridos C... e D... e bem assim os ditos irmãos do requerente E... e F... e o digno agente e do M.º P.º, e, por éditos, quaisquer outros interessados, para contestarem, querendo, seguindo-se os ulteriores termos processuais.
TESTEMUNHAS: (...).
JUNTA: 5 documentos, procuração e comprovativo de auto-liquidação da taxa de justiça.
VALOR: € ...,00 (...).
O ADVOGADO:

222

fig. 12 Exemplo de uma nota de rodapé do volume III das *Partilhas Litigiosas*

O *New Hart's Rules* advoga que “[d]ifferent sources, or versions of a source, may be compared and evaluated in a note. (...) It is sometimes helpful to include in a note a brief survey of the literature on a particular topic, or a summary of a debate, though authors should

¹⁷¹ Faria *et al.*, 2008, p. 864

be discouraged from needlessly transforming notes into bibliographies”¹⁷². As *Partilhas* são constituídas por muitas notas, a maioria delas bastante extensas, uma vez que, além da informação adicional, também incluem minutas e exemplos de formulários, adereços que poderiam ser constituídos como anexos, mas que foram mantidos no corpo de texto, sendo o oposto ao determinado no *New Hart’s Rules*: “[n]otes should be kept as short as possible, and inessential material excluded. The best place for extensive but essential ancillary matter that cannot be accommodated in the text may be an appendix”¹⁷³.

A leitura e análise das notas de pé de página destes volumes rapidamente fez notar certas discrepâncias nas referências relativas às fontes jurídicas, nomeadamente citações repetidas ou parafraseadas em páginas contíguas, autores e personalidades escritas em minúsculas quando deveriam constar em versaletes¹⁷⁴ (Anexo 1), alíneas que deveriam figurar em itálico como parte da política da Almedina, aspas ou parênteses por fechar e, em particular, indicações de processos ou acórdãos que se encontravam ora repetidos, ora incompletos (Anexo 1), o que proporcionou um contacto frequente com o autor para esclarecimento destes lapsos; rever o conteúdo das notas de rodapé urge a uma maior atenção ao que se encontra registado, sobretudo quando se trata de livros técnicos que utilizam uma linguagem e termos específicos, e porque mais vale prevenir que remediar não é demais confirmar com o autor a veracidade das referências registadas¹⁷⁵.

Estar responsável pela revisão de provas das *Partilhas Litigiosas* permitiu o desenvolvimento de uma relação de cooperação e trabalho de equipa com a paginadora e designer da Almedina, Cláudia Moura, que foi essencial para a produção desta obra. A este propósito, será conduzida uma breve análise sobre a importância do paginador e que tipo de relação profissional deve existir entre estes dois elementos.

O paginador, “[a]quele a quem compete a confecção das páginas”¹⁷⁶, está encarregue da paginação do livro, uma “operação que consiste em transformar em páginas regulares os granéis de composição, depois de emendados em primeira prova”¹⁷⁷ e, tal como o revisor, possui um leque de características próprias que o tornam um profissional distinguido, e que são “conhecimentos, cuidados e bom gosto”¹⁷⁷. Pagar implica trabalhar o aspeto técnico do

¹⁷² Oxford University Press, 2005, p. 313

¹⁷³ IDEM, 2005, p. 314

¹⁷⁴ “*Versalete* – Letra que, num determinado corpo, tem a forma da maiúscula e o tamanho da minúscula.” (Faria *et al.*, 2008, p. 1230)

¹⁷⁵ Butcher *et al.*, 2006, p. 138

¹⁷⁶ Faria *et al.*, 2008, p. 911

¹⁷⁷ Antunes, 1997, p. 31

texto, no que concerne ao *layout* gráfico (dimensão, margens, mancha de texto), formatação (espaçamento, entrelinha, parágrafo) e ao estilo (tipo de letra, tamanho, para o título, corpo de texto e notas de rodapé). No caso da Almedina, para miolos de 16x23, até quatrocentas páginas, utiliza-se uma entrelinha de 14pt e para o corpo o tipo Rongel Roman 11,5pt, ao passo que as notas são Rongel Roman 9pt, com entrelinha a 11,5pt.

Além disso, a atenção e concentração são outros que estão a cargo do paginador, especificamente na análise de verificação do texto: “[s]e é dividida em partes, títulos, capítulos, parágrafos, etc.; se há notas ao pé de páginas ou notas explicativas no final da obra (...); se tem transcrições e se estas vão com aspas no princípio e no fim (...); se a obra tem tabelas (...)”¹⁷⁸. O trabalho de paginação é feito em *software* prático e especializado, em que se distingue particularmente o Adobe InDesign, e exige que o paginador seja experiente e rápido no manuseio deste programa, além de possuir uma certa sensibilidade na edição técnica do texto, evitando a translineação incorreta, órfãos e viúvas, erros frequentes que decorrem da paginação¹⁷⁹.

Ao longo das *Partilhas*, o contacto com a paginadora foi frequente e primou sobretudo pela cooperação para alcançar o objetivo comum: uma paginação correta e uniforme aos três volumes. Assim, devido à problemática das notas de rodapé, foi essencial a discussão acerca da aplicação do itálico nas alíneas, ou do negrito na numeração das minutas. Adicionalmente, trabalhar de forma direta com outro dos agentes secundários potenciou uma perspetiva mais clara sobre a comunicação entre o paginador e o revisor, no que concerne à indicação das emendas. Para começar, o revisor deve indicar ao designer/paginador “parts of the text that need special treatment (...) labelling the hierarchy and the areas of text to be intended, displayed or typeset in sizes or faces different from the main text”¹⁸⁰; no caso das *Partilhas*, o apontamento foi feito acerca das notas de rodapé e do índice ideográfico, que foram os adereços que mais exigiram intervenção. Por outro lado, compete ao revisor transmitir de forma inequívoca que tipo de correções devem ser feitas, coincidindo com a perspetiva de Medeiros: “faça emendas de forma clara, compreensível por todas as pessoas que estão envolvidas no processo de produção e não somente por você”¹⁸¹, presumindo o princípio de ‘quanto mais simples melhor’; acrescenta-se ainda que este contacto permite uma evolução quanto à aprendizagem e aquisição de métodos de trabalho, uma vez que incita à troca de

¹⁷⁸ Antunes, 1997, p. 31

¹⁷⁹ Os erros de paginação serão analisados de forma mais complexa no tópico seguinte relativo às obras *O Conflito das Faculdades* e *Os Progressos da Metafísica*.

¹⁸⁰ Clark, 2001, p. 92

¹⁸¹ Medeiros, 2002, p. 230

ideias e esclarecimento de dúvidas, como se comprova: “se o trabalho é feito apenas por você, troque idéias com colegas sobre algumas dúvidas de linguagem, estilo, variante lingüística escolhida, irregularidades no uso do verbo, profusão de advérbios, clichês e outros”¹⁸².

ii) *Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal da Relação de Coimbra*

Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal da Relação de Coimbra, doravante designada de *100 Anos*, constitui a obra mais impactante e desafiante que marcou o meu percurso na Edições Almedina, pois foi aquela que possibilitou a conjugação de todas as aprendizagens adquiridas na produção de um livro enquanto produto de cultura. Com efeito, através dos *100 Anos*, além de conjugar em simultâneo práticas de revisão de texto e de revisão de provas e a elaboração de um guia de estilo, foi possível o contacto com personalidades distintas do panorama jurídico e a oportunidade de assumir a responsabilidade não só pela revisão, mas pelo texto em geral.

Os *100 Anos* enquadram-se na definição de obra coletiva, uma vez que é constituída por uma panóplia de textos diversos, encaixados em temáticas específicas, e escrita por vários autores; por obra coletiva, entende-se a definição inserida no *Código de Direitos de Autor*: “[o]bra colectiva, quando organizada por iniciativa de entidade singular ou colectiva e divulgada ou publicada em seu nome.”¹⁸³. Foi a primeira vez que fui confrontada com este tipo de livro, e sem dúvida que o facto de ter múltiplos autores constituiu um grande desafio, pois se um texto escrito por um único autor presume por si só uma dificuldade, que dizer de textos escritos por mais de um autor, em que se torna necessário considerar múltiplas variáveis em simultâneo como a linguagem; o estilo (quanto à aplicação de itálicos, negritos e sublinhados) também causou alguma preocupação; ou até a edição das notas de rodapé quanto às referências bibliográficas. A este propósito, Butcher afirma que “the same kind of problems are found in books written jointly by two or three authors: the text is likely to be more inconsistent, and you need to know whom to consult about queries and whether any contributors should receive copies of the queries”¹⁸⁴; grande parte das minhas dúvidas foram esclarecidas com o Dr. Codeço, um dos coordenadores desta obra, mas houve outras que foram registadas e entregues aos autores para análise ou avaliação das alterações propostas.

¹⁸² IDEM, 2002, p. 229

¹⁸³ «Artigo 16.º Noção de obra feita em colaboração e de obra colectiva», *Código de Direitos de Autor*, 2008, p. 1903

¹⁸⁴ Butcher *et al.*, 2006, p. 294

O processo de edição dos *100 Anos* realizou-se em duas fases distintas, mas complementares: revisão de texto e revisão de provas. Numa fase mais inicial, a revisão dos textos foi feita manualmente, através da leitura e registo das áreas problemáticas de cada texto ao nível de erros ortográficos, conjugações verbais e problemas de estilo, cujas correções foram posteriormente inseridas no PDF; “[t]his is a useful approach (...). You do not need to use conventional editing marks and can make relatively untidy and shorthand notes to yourself”¹⁸⁵. Uma outra vantagem é que “[t]he risk of doing specific global find and replace operations is reduced because you are forewarned about possible pitfalls as you go through the printout”¹⁸⁵. Nesta etapa, rapidamente compreendi que seria necessário um guia de estilo¹⁸⁶ para conseguir alguma uniformização. Como a Edições Almedina não dispõe de um guia de estilo próprio, existem certas normas a ser consideradas: não se pode utilizar sublinhados, nem negrito-italico, nem italico entre aspas, o que foi um desafio porque a maioria dos textos continha este tipo de formatação. Por outro lado, a resolução de problemas de formatação implica alguma sensibilidade, pois também não se podia utilizar demasiado negrito ou demasiado italico.

Desta forma, antes de iniciar a revisão de provas, criei um guia de estilo para auxiliar na edição e formatação deste documento¹⁸⁷. Tomando de empréstimo as palavras de Medeiros,

[o] estilo editorial caracteriza as publicações de uma empresa. Envolve rigor na normalização textual, no uso dos padrões aceites de pontuação, abreviaturas, uso de maiúsculas e minúsculas, notas de rodapé e referências bibliográficas, italico, bold (negrito), VERSAL, legendas.¹⁸⁸

O guia de estilo criado procurou solucionar algumas das dificuldades apresentadas ao nível do estilo, no que concerne à pontuação, aos autores e personalidades, e ao estrangeirismo, de forma a facilitar não só a apresentação estética do texto, como também o futuro contacto com o leitor; esta função coordena-se com aquela especificada no *New Hart's Rules*, “[s]tylistic consistency is an important characteristic of published material because it removes one possible cause of interference between the text and the reader. Inconsistent styling, whether of the words themselves or their presentation on the page, may distract or even mislead, and can

¹⁸⁵ IDEM, 2006, p. 403

¹⁸⁶ “*Manual de Redação e Estilo* – [t]ratado preparado com a finalidade de estabelecer regras destinadas a orientar a expressão correcta do pensamento por meio da palavra escrita e o modo especial ou característico de a elaborar (...)” (Faria *et al.*, 2008, p. 796)

¹⁸⁷ “(...) if authors follow a different style, it may be necessary for the copy-editor to change the editorial style of the work in the course of editing it.” Oxford University Press, 2005, p. 32

¹⁸⁸ Medeiros, 2002, p. 47

affect the credibility of a publication”¹⁸⁹. Em adição, “[i]f a book is inconsistent in matters of detail, the reader or reviewer may begin to doubt the author’s accuracy and thoroughness over matters of fact”¹⁹⁰.

Deste modo, e devido à apresentação do texto original que ou era muito escura devido à abundância do negrito, ou era muito inclinada por causa do excesso de itálico, ou uma mistura de ambos, a utilização de um guia de estilo é acertada. Assim, empreendemos à demonstração dos aspetos cobertos por este guia de estilo, começando pela ortografia. Sendo certo que a Edições Almedina utiliza o Novo Acordo, nos *100 Anos* não se forçou a sua adoção; com efeito, ainda que se procurasse uma uniformização subtil ao longo do texto (que foi conseguida), houve sempre o respeito pelas preferências dos autores, pelo que esta obra reúne textos em que figuram os dois tipos de Acordo, ainda que a maioria faça uso do mais recente. Ainda neste tópico, também se procurou destacar em itálico os estrangeirismos utilizados no decurso do texto (*de facto*, *passim*) e houve um especial cuidado com a translineação. Adicionalmente, o guia de estilo também foi aplicado à pontuação, em concreto às aspas e aos parênteses retos. Embora a utilização das aspas suporte uma noção de estilo e de bom gosto¹⁹¹, determinou-se que as aspas altas (“ ”) serviriam para citações dentro de citações e para distinguir ironia ou exemplos, ao passo que as aspas em linha (« ») foram aplicadas para as citações, conceitos ou excertos. Quanto aos parênteses retos, estes foram aplicados quando figurava um parêntesis curvo no interior, como uma alínea – “[artº 662, nº 3, a) do nCPC]”¹⁹².

Noutro aspeto, as siglas foram também foram objeto deste guia, na medida em que se optou por remover os pontos, uma vez que havia textos cuja abundância de siglas com pontos perturbava o fluxo de leitura – um dos casos foi a sigla NLAT que era repetida durante várias parágrafos e páginas como N.L.A.T. que causava um distúrbio visual.

¹⁸⁹ Oxford University Press, 2005, p. 32

¹⁹⁰ Butcher *et al.*, 2006, p. 45

¹⁹¹ <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/as-aspas-em-linha-e-as-aspas-elevadas-/30497> (Consultado 01.06.2018)

¹⁹² *Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal da Relação de Coimbra*, 2018, p. 66

70% da redução sofrida na capacidade geral de ganho [artigos 48º, nº 3, alínea c) e 75º, nº 1, da N.L.A.T. - $P = RA \times 70\% \times I.P.P.$; $CR = P \times$ taxa prevista na Portaria nº 11/2000, de 13/1].

Nos casos de responsabilidade agravada (artigo 18º, nº 1 da N.L.A.T.), a pensão calcula-se de acordo com o determinado no artigo 18º, nº 4, alínea c) da N.L.A.T. - $P = RA \times I.P.P.$

fig. 13 Abreviatura da sigla NLAT com pontos

70% da redução sofrida na capacidade geral de ganho [artigos 48º, nº 3, alínea c) e 75º, nº 1, da NLAT - $P = RA \times 70\% \times IPP$; $CR = P \times$ taxa prevista na Portaria nº 11/2000, de 13/1].

Nos casos de responsabilidade agravada (artigo 18º, nº 1 da NLAT), a pensão calcula-se de acordo com o determinado no artigo 18º, nº 4, alínea c) da NLAT - $P = RA \times IPP$.

fig. 14 Abreviatura NLAT sem pontos

iii) *Direito Económico*

O *Direito Económico* de Luiz Cabral de Moncada caracterizou-se por uma intervenção modesta da minha parte, mas nem por isso menos desafiante. Este livro, inserido na coleção *Manuais Universitários*¹⁹³ da Edições Almedina, encontra-se correntemente na sétima edição e distingue-se pela intervenção manuscrita do autor no jogo de provas facultado.

Em conformidade com o disposto no artigo 94.º do *Código de Direitos de Autor* sobre as provas – “O editor é obrigado a facultar ao autor um jogo de provas em granel, um jogo de provas de página e o projecto gráfico da capa (...)”¹⁹⁴ – foi enviado o jogo de provas com as alterações propostas, previamente inseridas pela editora Sofia Barraca, a editora responsável, para o autor avaliar, aprovar e, no seu entendimento, inserir possíveis modificações adicionais.

O envio de provas ao autor constitui sempre um risco, em especial para a editora, uma vez que pode colocar em causa o cumprimento de prazos e, conforme o retorno das provas, resultar numa repaginação (se houver extensas alterações), o que envolve novas despesas. Com efeito, Judith Butcher, a propósito da intervenção do autor no regime de provas, confirma que “(...) it can be more difficult to keep to a brisk schedule”, e salienta, aliás, que

¹⁹³ *Manuais Universitários* | “[t]odos os títulos desta coleção têm como autores docentes do ensino superior e são escritos com a finalidade última de servirem de instrumento de estudo ao ensinamento teórico das disciplinas a que se referem. Por esse motivo, a abordagem das matérias é tão exaustiva quanto possível, pelo que os ensinamentos doutrinários encontram nesta coleção o seu lugar privilegiado.” In http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=181 (Consultado 18.07.2018)

¹⁹⁴ «Artigo 94.º Provas», *Código de Direitos de Autor*, 2008, p. 1913. Confrontar, ainda, «The Author’s Corrected Proof» in *Butcher’s Copy-Editing*, 2006, p. 106.

“some authors are tempted, when they receive their copy-edited typescripts to correct, to start rewriting!”¹⁹⁵

O caso do *Direito Económico* caracterizou-se precisamente pela insistência do autor em acrescentar determinados parágrafos a cada prova sofrida, e sempre de forma manuscrita. Deste modo, o meu desempenho durante a edição deste livro foi, apenas, registar no PDF as notas do autor escritas no jogo de provas e, no novo jogo¹⁹⁶ (impresso), sublinhar as alterações para confirmação. Numa ação aparentemente simples, esta foi condicionada pela caligrafia do autor, que dificultou a leitura e interpretação das correções a inserir, que muitas vezes se encontravam dispersas pela página e que exigiram uma certa ‘descodificação’ na sua observação e análise (Anexo 2).

Pretendo, com este exemplo, realçar que é necessário haver cuidado na comunicação de acertos ou emendas. Tal como um revisor, aquando do registo de erros encontrados ou indicação de sugestões alternativas, deve sempre apresentar os seus dados de forma clara e organizada, também o autor deve fazer as suas notas de forma legível e numa apresentação cuidada, pois não só facilitará o trabalho da pessoa responsável, como também poupará tempo e haverá uma menor margem de erro.

iv) *O Conflito das Faculdades e Os Progressos da Metafísica*

O estágio na Edições Almedina concentrou-se especialmente na revisão de texto e de provas de livros jurídicos, uma vez que estes são a matéria-prima essencial desta editora, porém, houve oportunidade de trabalhar conjuntamente com as outras chancelas do Grupo Almedina, a Actual Editora e a Edições 70, na revisão de provas de várias obras: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Joseph A. Schumpeter (Actual); *Anotações sobre as Cores*, Ludwig Wittgenstein, *O Conflito das Faculdades e Os Progressos da Metafísica*, os dois de Immanuel Kant (Edições 70). Assim, e visto que o foco das correções efetuadas proporciona uma análise crítica distinta do que foi mencionado até então, as obras de Kant serão aquelas a ser estudadas mais profundamente.

¹⁹⁵ Butcher *et al.*, 2006, p. 10

¹⁹⁶ Relembramos que o jogo de provas geralmente envolve três provas. (Antunes, 1997, p. 91)

As obras de Kant inserem-se na coleção Textos Filosóficos, visto que constituem traduções “dos respetivos originais, com introduções e notas explicativas” que visam pôr “o leitor em contacto com os textos marcantes da história da filosofia”¹⁹⁷.

Ao contrário das outras obras revistas que exigiram uma revisão integral, o principal comando de atuação para estes livros foi a procura e correção de erros derivados da paginação, isto é, as sequelas técnicas resultantes da intervenção do paginador no texto, nomeadamente translineações, órfãos e viúvas.

A translineação compreende o “[t]ransporte de parte de uma palavra que não cabe numa linha para a linha seguinte, de modo que uma parte de uma palavra fica numa linha e a outra parte que a completa fica na linha ou na página ou na coluna seguinte”¹⁹⁸, e existem regras tipográficas que circundam a divisão de palavras; por exemplo, “[n]ão devem dividir-se palavras de maneira a darem vocábulos sujos ou obscenos” como foi o caso do substantivo disputa (*dispu/ta*); “[s]e houver hífen em palavras compostas a divisão deve fazer-se por ele, sendo o hífen repetido no princípio da linha seguinte”, tal como matéria-prima (*matéria/-prima*); “[n]unca se deve deixar a palavra *etc.* numa só linha quando feche um parágrafo”, entre outras¹⁹⁹. Embora existam programas que automaticamente executam este método, o próprio paginador consegue aplicar as devidas correções devendo aplicar as “regras ortográficas e ortotipográficas”²⁰⁰ para o efeito.

Os órfãos e as viúvas, apesar do nome corrente, compreendem fenómenos tipográficos que perturbam o fluxo de texto em termos estéticos e visuais; órfã corresponde à palavra singular “abandonada no início de uma coluna”, ou seja, a página inicia com uma única palavra, geralmente a conclusão do parágrafo iniciado na página anterior. Por oposição, define-se como viúva a palavra “abandonada no final de uma coluna”, na medida em que o parágrafo termina só com aquela palavra, chegando ao final das margens da coluna²⁰¹. A resolução de órfãos e de viúvas passa, um pouco, pela limpeza técnica do texto, nomeadamente através do uso de translineações, que podem alargar o comprimento do parágrafo, ou através do ajustamento do espaço entre os caracteres, podendo alargar ou encolher.

Concluindo, torna-se essencial, tal como realizado no capítulo das *Partilhas Litigiosas*, descrever a relação entre o revisor e o tradutor. À semelhança daquele, também este está

¹⁹⁷ <http://www.edicoes70.pt/site/node/3?col=19> (Consultado 28.05.2018)

¹⁹⁸ Faria *et al.*, 2008, p. 1208

¹⁹⁹ Antunes, 1997, p. 102. Os exemplos dados pertencem, respetivamente, às obras *Os Progressos da Metafísica e Capitalismo, Socialismo e Democracia*.

²⁰⁰ Faria *et al.*, 2008, p. 403

²⁰¹ Noções derivadas das aulas de Design Editorial, unidade curricular do Mestrado.

inserido na categoria de “autores secundários”, e recordamos as palavras de Martins: “o inventário dos incunábulo portugueses, (...) classifica como «autores secundários» os seguintes profissionais do livro: «adaptador, adicionador, colaborador, comentador, compilador, editor literário, ilustrador, prefaciador, revisor e **tradutor**»²⁰². De facto, estes elementos apresentam diversas semelhanças quanto à sua posição de destaque no mundo editorial (se bem que talvez o tradutor seja mais reconhecido que o revisor), pois também o tradutor sofreu transformações – “[o] trabalho do tradutor deixou de se fazer em papel e caneta e passou a ser feito digitalmente. Cada vez existem mais programas de apoio à tradução que auxiliam o trabalho do tradutor em qualquer fase do programa de tradução.”²⁰³ Em oposição ao revisor, cujas técnicas de trabalho assentam em programas de visualização e edição, o tradutor tem à sua disposição ferramentas que incluem “motores de busca, softwares de gestão de terminologia e extração de fraseologia, memórias de tradução, softwares de especialidade (...)”²⁰⁴, entre outros. Não deixa de ser verdade, no entanto, que acima de qualquer domínio tecnológico “[a] um tradutor, exige-se muito mais que um (bom) conhecimento da língua de partida. (Além de outras competências específicas, terá de dominar, e muito bem, o português, deverá ter sensibilidade, maturidade e uma excelente cultura geral.)”²⁰⁵.

Uma tradução, na qualidade de “[r]eprodução de uma obra em língua diferente da sua língua original”²⁰⁶, torna ainda mais exigente a necessidade de uma revisão, pois ainda que seja uma tarefa realizada por um profissional, não invalida que “há sempre coisas que escapam ao tradutor”²⁰⁷; no entanto, é uma faceta comum a publicação de livros ainda “em bruto”²⁰⁷ após o trabalho do tradutor, o que complementa a perspectiva severa de Francisco José Magalhães na sua obra *Da Tradução Profissional em Portugal*, em que afirma que “poucos editores aplicam padrões de qualidade à tradução, revisão e composição de texto”²⁰⁸. Adicionalmente, Magalhães apresenta a crítica que “são raros os editores que têm um código deontológico: a maioria revê, altera, mutila as traduções e não dá satisfação aos tradutores.”²⁰⁹

²⁰² Martins, 2005, p. 126 (negrito nosso)

²⁰³ Soares, 2017, p. 11

²⁰⁴ Martins, 2005, p. 126

²⁰⁵ <http://blogtailors.blogspot.pt/2009/03/opinio-algumas-linhas-sobre-nobre.html> (Consultado 05.04.2018)

²⁰⁶ Faria *et al.*, 2008, p. 1204

²⁰⁷ Silva, 2009, p. 58

²⁰⁸ Magalhães, 1996, p. 104

²⁰⁹ IDEM, 1996, p. 103

v) índices

Define-se índice como um “[d]ocumento secundário que apresenta uma lista ordenada de termos seleccionados a partir de um documento (nomes de pessoas, lugares, matérias ou outros) com uma indicação que permite localizá-los no mesmo documento (...)”²¹⁰. Existem vários tipos de índices, designados e organizados conforme as temáticas, contudo, para efeitos desta reflexão, serão mencionados apenas os índices ideográfico, remissivo e onomástico. Será feita uma breve reflexão sobre o índice e a sua importância para o livro e para o leitor, e para tal, a obra de Nancy C. Mulvany, *Indexing Books*²¹¹, será uma referência ao longo deste relatório.

Sendo certo que já foi apresentada uma definição do termo índice, ainda que sucinta, torna-se preponderante clarificar em que consiste este documento, apresentando a declaração de Mulvany, em que “[a]n index is a structured sequence – resulting from a thorough and complete analysis of text – of syntetized access points to all the information contained in the text. The structured arrangement of the index enables users to locate information efficiently.”²¹² Estas linhas determinam concretamente o propósito de um índice: decorrente de uma análise completa e minuciosa, o índice permite que o leitor localize a informação que precisa o mais rapidamente possível.

O índice é uma lista de palavras estruturada de forma simples, mas funcional, reunindo um conjunto de entradas individuais dos termos utilizados no texto, podendo estes ser nomes, organizações ou conceitos. Por norma, a não ser que o guia de estilo da editora determine o contrário, as entradas figuram sempre em minúscula, acontecendo o contrário se estiverem capitalizadas no texto²¹³; todavia, um índice não agrupa todas as palavras utilizadas, mas antes aquelas que são determinantes para a compreensão do termo.

Adicionalmente, também não se devem incluir os tópicos do prefácio, sumário ou introdução, a não ser que contenham informação que não se encontra no corpo de texto²¹⁴. Mulvany refere que, “[t]he index must bring together references to similar concepts that are scattered in the text, or that are expressed in varying terminology.”²¹⁵ Desta forma, o índice deve ser organizado de uma forma clara, sucinta e direta para não gerar obstáculos ao leitor (recordamos que o principal objetivo deste adereço é ajudar o leitor a encontrar o que

²¹⁰ Faria *et al.*, 2008, p. 658

²¹¹ Mulvany, 1994, p. 4

²¹² IDEM, *Ibid.*, p. 4

²¹³ Oxford University Press, 2005, p. 357

²¹⁴ Oxford University Press, 2005, p. 357

²¹⁵ Mulvany, 1994, p. 12

necessita, no que se presume ser uma ação pontual; o índice não é lido com a mesma entoação que uma introdução); assim, os tópicos são primeiro apresentados pelo tema principal (*headword*) geralmente acompanhado pelo número de página, que contém as entradas principais (*main entries*) quando acresce algum esclarecimento ou complemento ao tema, e que se for necessário aprofundar contém ainda subentradas (*subentries*)²¹⁶.

As referências cruzadas também são outra técnica utilizada na criação do índice, para distinguir termos específicos como sinónimos, pseudónimos, abreviaturas, ou variação ortográfica (como o antigo e o novo acordo ortográfico). Por norma, são agrupadas em duas categorias: *ver*, que remete para uma entrada sinónima, e *ver também*, que dirige o leitor para outra entrada semelhante ou complementar²¹⁷.

O rigor e disciplina envolvidos na criação de um índice exigem forçosamente que a sua criação seja elaborada por uma pessoa experiente, como um indexador, que é aquele que “faz a indexação de uma obra, documento, artigo, etc.”²¹⁸ Todavia, na maioria dos casos, o autor é o responsável pela elaboração deste documento, o que acarreta vantagens e desvantagens. Primeiramente, e como é evidente, “[t]he primary strength authors bring to the indexing process is familiarity with the text and general subject matter. Authors (...) are in a good position to anticipate the needs of the audience for which they have written the book.”²¹⁹

Em contrapartida, à semelhança da autorrevisão, o autor também não está habilitado para a criação do índice por razões de distanciamento; Mulvany enuncia duas razões que limitam a intervenção do autor na criação deste documento: “(1) a lack of knowledge of the indexing process and (2) general fatigue and too much self-involvement”, finalizando que “[i]ndex writing is indeed a form of writing, but one very diferente from expositor writing.”²²⁰

Todos os livros contêm índices, mas nem todos os índices servem todos os livros²²¹; por exemplo, não tem muito sentido que um livro infantojuvenil possua um índice de ilustrações, ao passo que um livro de história contém mais de um índice, como um cronológico ou um de nomes. Contudo, existem certos géneros de livros cujas temáticas exigem a presença de índices para auxiliar o leitor, como seja, além do livro de história, os livros escolares, para orientar, além do aluno, o professor, por exemplo, na busca de exercícios; um livro de

²¹⁶ Oxford University Press, 2005, p. 355

²¹⁷ IDEM, 2005, p. 356

²¹⁸ Faria *et al.*, 2008, p. 656

²¹⁹ Mulvany, 1994, p. 22

²²⁰ IDEM, 1994, p. 22-23

²²¹ O índice-sumário, “[l]ista ordenada dos títulos e subtítulos dos capítulos de uma obra, com indicação da página em que ocorrem”, é a exceção, uma vez que é comum em todos os livros. (Faria *et al.*, 2008, p. 665)

culinária, com anotações dos vários ingredientes e técnicas de cozinha; ou, então, um livro de filosofia, que expõe uma compilação dos vários temas, noções e filósofos.

No decorrer do estágio, nunca participei diretamente na concepção de um índice, embora tenha assumido a responsabilidade por três, muito diferentes entre si: o ideográfico, dos três volumes das *Partilhas Litigiosas*; o remissivo, d' *As Ideias Decisivas*; e, por fim, o onomástico de *Bissaya Barreto: Ordem e Progresso*.

O *índice ideográfico* corresponde à “[r]elação alfabética dos assuntos que são tratados numa obra elaborada para facilitar ao leitor a consulta da mesma.”²²² No caso das *Partilhas*, este documento, também designado de tabela de matérias, engloba uma listagem dos assuntos e entradas correspondentes, às quais corresponde a indicação numérica do subcapítulo onde estão inseridas. Cada entrada pode conter mais do que um subcapítulo, aludindo à presença do tema ao longo da obra, permitindo indicar as diversas relações entre os conceitos²²³, e, portanto, permitindo uma verdadeira exploração e compreensão. Este índice é idêntico aos três volumes constituintes; aquando do processo de revisão de provas do segundo volume, constatou-se que havia uma repetição numérica dos subcapítulos do capítulo 39.º, «Mapas da Partilha», tanto no sumário como no corpo de texto, o que originou uma renumeração dos restantes e do volume seguinte, quebrando o padrão de uniformização seguido até então. Além disso, durante a revisão de provas deste índice, constatou-se que havia repetição de tópico (*Tributação de Inventário Obrigatório* encontrava-se repetido duas vezes), maiúsculas onde deviam constar minúsculas (*inventário-Arrolamento*), duplo espaço, letras ao invés de números (19f), ausência de parágrafos, entre outras incorreções.

Por outro lado, o *índice remissivo* corresponde ao “[i]ndice alfabético dos diversos assuntos tratados numa obra, com a respectiva indicação de página, capítulo, etc.”²²⁴. Este índice corresponde à obra *As Ideias Decisivas*, publicada pela Actual Editora e inserida na coleção «HBR 10 Artigos Essenciais». Mulvany especifica que existem dois procedimentos de indexação numa tradução: “translate de original index, or index the translation”²²⁵, contudo, neste caso em particular, a minha intervenção passava por cumprir três objetivos: corrigir o índice remissivo, confrontar o original e adicionar as páginas correspondentes e, por fim, comparar as duas versões. Desta forma, procedi da maneira que considere mais acertada: estudei o índice original, anotando à parte cada um dos termos enunciados e respectivas

²²² Faria *et al.*, 2008, p. 663

²²³ Mulvany, 1994, p. 6

²²⁴ Faria *et al.*, 2008, p. 664

²²⁵ Mulvany, 1994, p. 151

páginas, e, depois, li atentamente o texto, confrontando com as páginas anotadas, de forma a obter uma perspetiva do tipo de conteúdo assinalado. Depois, na versão portuguesa, empreendi a uma leitura atenta do texto, sublinhando os termos traduzidos do inglês e fazendo corresponder as respetivas páginas, no que pareceu um método simples, mas que exige bastante dedicação e concentração, além de um bom domínio da língua de partida que, no caso, foi o inglês.

Finalmente, para terminar esta exposição de atividades, apresentamos o *índice onomástico*, “[a]quele em que os cabeçalhos das entradas ou pontos de acesso são nomes de pessoas e/ou instituições citadas ou mencionadas de outro modo na obra (...) cujas rubricas estão dispostas por ordem alfabética dos nomes das pessoas citadas”²²⁶. Ao contrário do índice previamente mencionado, a tarefa atribuída passava por uma revisão atenta das páginas registadas em confronto com as páginas do texto, com especial atenção visto tratar-se de um índice elaborado pelo próprio autor. Apesar de ser um índice de nomes, não deixa de representar uma certa dificuldade, pois “[o]ne of the problems with names is that they often change”²²⁷, como o facto de haver nomes com a inicial no índice, mas que no texto constavam apenas com o apelido (por exemplo, *Junqueiro* ou *Zola*). Sem dúvida que uma das problemática deu-se com a entrada *Morais*, isolada, que gerou um certo conflito visto que havia duas personalidades chamadas *Morais*, tal como houve certos problemas com as páginas registadas, em que muitas vezes figuravam números em que a informação visada não era relevante para ser contabilizada – “distinguish between relevant and peripheral information involves judgement”²²⁸, pelo que o processo foi realizado cautelosamente e mediante aprovação da responsável pela obra.

²²⁶ Faria *et al.*, 2008, p. 664

²²⁷ Mulvany, 1994, p. 152

²²⁸ IDEM, 1994, p. 45

CONCLUSÃO

Após a apresentação das atividades realizadas durante os quatro meses de estágio na Edições Almedina, que se centraram sobretudo no processo de revisão, é imprescindível apresentar algumas reflexões resultantes deste percurso.

Referimos, na introdução, que o objetivo de um estágio assenta na conciliação entre a parte teórica lecionada ao longo do Mestrado, e a parte prática desenvolvida através da participação no dia a dia de uma editora e na responsabilidade assumida na realização de determinadas atividades editoriais. Deste modo, deve ficar registado o contributo que as disciplinas do Mestrado em Estudos Editoriais tiveram nas tarefas desenvolvidas e na elaboração deste relatório.

Uma vez que a minha intervenção na Edições Almedina foi orientada especialmente para a revisão (de texto e de provas), é evidente que Técnicas de Revisão em Tradução – aliada ao conhecimento adquirido no terceiro ano da Licenciatura em Línguas e Estudos Editoriais, com a cadeira Técnicas de Revisão Textual – foi essencial devido ao conhecimento das normas de revisão portuguesas, que se revelaram como o ponto de partida para aplicação das emendas necessárias à correção do texto. De forma indireta, também Design Editorial revelou a sua importância, sobretudo quanto à revisão de provas, ao alertar para a existência de erros tipográficos, como órfãos e viúvas, e a necessidade de fazer uma translineação correta.

Adicionalmente, Tipologias da Edição permitiu considerar a edição jurídica como uma área da edição técnica, que se opõe a outras específicas como a literária ou a científica, contribuindo assim para a sua contextualização. Sendo certo que a Edições Almedina é uma editora jurídica, a disciplina de Propriedade Intelectual e Direitos de Autor só revelou o seu valor aquando da apresentação dos limites do revisor, na segunda parte, na medida em que o *Código de Direitos de Autor* indicou as sujeições que governam a atuação deste no texto a publicar.

De igual modo, Edição na Atualidade auxiliou na compreensão das mudanças que transformaram o mundo da edição, ao qual pertence o revisor, cujas diretivas da sua profissão foram igualmente modificadas. A este propósito, afirma Jorge M. Martins que:

Se as novas tecnologias estão a transformar as profissões de informação, então não é de admirar que também estejam a remexer com toda a cadeia do livro, desde os autores até aos editores, desde os métodos de investigação prévia até ao momento e ao modo de o livro chegar aos

diversos tipos de clientes, desde os processos de segmentação de leitores até à comunicação, desde a pré-impressão até à produção e ao acabamento, desde a gestão de armazém até às redes de distribuição, desde a fracturação até às redes de venda e ao comércio electrónico, desde a edição de massas até à edição a pedido, desde as bibliotecas até aos leitores.²²⁹

Em menor grau, mas nem por isso menos relevante, Marketing Editorial fez reconhecer a importância do design das capas como um elemento estratégico de diferenciação do mercado, na medida em que um design próprio como símbolo de identidade é uma estratégia de marketing. Paralelamente, Gestão Editorial assegurou a viabilidade da Análise SWOT como um estudo das forças e das fraquezas internas e externas de uma editora no mercado editorial, como foram as realizadas sobre o Grupo Almedina e a Edições Almedina.

Refletindo sobre as experiências adquiridas neste estágio, houve certas variáveis que merecem ser consideradas devido à influência que tiveram ao longo deste percurso. Embora seja verdade que o processo de revisão é realizado independentemente do tema da obra, na medida em que não é necessário que o revisor seja um especialista sobre ele – o objetivo é trabalhar o corpo do texto, e não a sua essência – houve determinados momentos em que o vocabulário e os tecnicismos jurídicos foram obstáculos durante a revisão, visto que desconhecia certos termos (*outrossim*, por exemplo, foi frequentemente utilizado pelo autor das *Partilhas Litigiosas*), e em que as maiúsculas de termos como Direito, Lei e Tribunal nem sempre foram coerentes no decurso do texto. Evidentemente, tive o apoio do departamento jurídico nestas dúvidas e outros esclarecimentos, que resultaram em aprendizagens, porém, serve a reflexão que, talvez, seja necessário certos requisitos técnicos quando se presta serviços de revisão (e, à semelhança, de tradução) em áreas mais técnicas.

Por outro lado, admito que a necessidade de perfeição e de rever até à exaustão foram difíceis de gerir, pelo que foi necessário compreender e assimilar que o trabalho de revisão de provas é um processo contínuo, não devendo ser feito de imediato na primeira prova; Medeiros determina que “[o] objetivo de uma editora é publicar livros, não emendar infinitamente”²³⁰. Uma vez que a norma corresponde a um mínimo de três provas, é importante apreender que há oportunidade de rever mais e quantas vezes forem possíveis até a o processo de edição da obra estar concluído, e assim relembra Medeiros: “[e]la [revisão] é um trabalho que não se exaure; exige sempre complementação; começa com a correção original e

²²⁹ Martins, 1999, p. 228

²³⁰ Medeiros, 2002, p. 228

ainda à última prova pode ser aperfeiçoada. (...) Outras edições virão e novas emendas poderão surgir.”²³⁰

De um ponto de vista mais pessoal, a experiência de estágio na Edições Almedina foi, sem dúvida, positiva. Embora todas as obras tenham tido igual impacto na minha aprendizagem, *Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal de Relação de Coimbra* destaca-se como aquela em que assumi maior responsabilidade, tendo a minha participação incluído não só a revisão de texto e de provas, mas também a cooperação próxima com a editora Sofia Barraca e com o coordenador da obra, o Dr. José Codeço, na preparação desta publicação, assim como o contacto com o Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, o Dr. Luís Azevedo Mendes, que, numa fase inicial, foi determinante para a definição dos critérios de normalização de texto. No final, os *100 Anos* representaram a primeira experiência real e objetiva numa editora e na cadeia do livro, e na qual o meu nome figura na respetiva ficha técnica como a revisora responsável (Anexo 3), o que representa uma conquista pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- ACTUAL EDITORA. *Actual Editora*. 2018. <<http://www.actualeditora.com/>>.
- AGÊNCIA ECCLESIA. “Publicações: «Portugal e a Crise Global - Só a Águia Voa Sozinha», reflexões de Adriano Moreira.” *Ecclesia* 28 de junho de 2016. Consult. 24 de junho de 2018. <<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/publicacoes-portugal-e-a-cri-se-global-so-a-aguia-voa-sozinha-reflexoes-de-adriano-moreira/>>.
- AGÊNCIA LUSA. ““A Alma Vagueante” de Mário Cláudio vence Grande Prémio de Crónica e Dispersos Literários.” *Observador* (2018). Consult. 19 de junho de 2018. <<https://observador.pt/2018/04/30/a-alma-vagueante-de-mario-claudio-vence-grande-premio-de-cronica-e-dispersos-literarios/>>.
- . “Coimbra Editora e Livraria Jurídica Declaradas Insolventes.” *Observador* (2015). Consult. 12 de junho de 2018. <<https://observador.pt/2015/12/17/coimbra-editora-livraria-juridica-declaradas-insolventes/>>.
- . “Maria Judite de Carvalho: a “flor discreta da nossa literatura”.” *Observador* (2018). Consult. 19 de junho de 2018. <<https://observador.pt/2018/05/28/obra-completa-de-maria-judite-de-carvalho-publicada-nos-20-anos-da-sua-morte/>>.
- . “Morreu Joaquim Machado, fundador da Livraria Almedina.” *Público* (2005). Consult. 19 de junho de 2018. <<https://www.publico.pt/2005/11/10/culturaipilon/noticia/morreu-joaquim-machado-fundador-da-livraria-almedina-1238413>>.
- ALFARO, José. “Algumas linhas sobre a nobre profissão de empregado de limpeza.” *Blogtailors* (2009). <<http://blogtailors.blogspot.pt/2009/03/opinio-ao-sobre-nobre.html>>.
- AMARAL, Bruno Vieira. “A história, a arte e os media.” *Observador* (2017). Consult. 23 de junho de 2018. <<https://observador.pt/2017/07/01/a-historia-a-arte-e-os-media/>>.
- ANTUNES, Álvaro F. *Manual de Estilo Gráfico*. Mem Martins: Edições CETOP, 1997.
- APPLEBY, Eric. “Abundance.” *Slaw* 29 de fevereiro de 2016. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slw.ca/2016/02/29/abundance/>>.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos: lei n.º16/2008 de 1 de Abril*. Lisboa, 2008.
- ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA. *AAFDL Editora*. 2018. <<http://livraria.aafdl.pt/index.php?>>>.

- BLOGTAILORS. “A aquisição da Actual pela Almedina.” *Blogtailors* 04 de agosto de 2008. Consult. 21 de junho de 2018. <<http://blogtailors.com/2342398.html>>.
- . “Entrevista: Pedro Bernardo, Edições 70.” *Blogtailors* 14 de dezembro de 2007. Consult. 23 de junho de 2018. <<http://blogtailors.com/3569677.html>>.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. *Incubadoras de Lisboa*. 2015-2018. <<http://www.incubadoraslisboa.pt/>>.
- CLARK, Giles. *Inside Book Publishing*. 3rd Edition. London: Routledge, 2001.
- COIMBRA EDITORA. *Coimbra Editora*. 2018. <<http://www.coimbraeditora.net>>.
- COMUNIDADE CULTURA E ARTE. “Edições 70 lança 'O Triunfo do Artista', obra literária de Tzvetan Todorov.” *Comunidade Cultura e Arte* 25 de outubro de 2017. Consult. 23 de junho de 2018. <<https://www.comunidadeculturaearte.com/edicoes-70-lanca-o-triunfo-do-artista-obra-literaria-de-tzvetan-todorov/>>.
- . “Qual a maior ameaça da democracia? A própria, disse Tzvetan Todorov.” *Comunidade Cultura e Arte* 13 de fevereiro de 2017. Consult. 23 de junho de 2018. <<https://www.comunidadeculturaearte.com/qual-a-maior-ameaca-da-democracia-a-propria-disse-tzvetan-todorov/>>.
- CONSENSO. *Consenso – Pessoas & Organizações*. 2018. <<http://www.consenso.pt/>>.
- COSTA, Inês. *Desafios e Oportunidades do Papel do Editor: Relatório de Estágio na Almedina*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Universidade de Aveiro. Aveiro, 2017.
- EDIÇÕES 70. *Edições 70*. 2018. <<http://www.edicoes70.pt/site/>>.
- EDIÇÕES ALMEDINA. *ALMEDINA* mais. 2016-2018. <<https://www.almedina.net/mais/index.html>>.
- . *BDJUR – Base de Dados Jurídica*. 2018. <<http://bdjur.almedina.net/>>.
- . *Congressos Almedina*. 2018. <<https://www.almedina.net/congressos/>>.
- EINSOHN, Amy. *The Copyeditor's Handbook*. 2nd Edition. Berkeley: University of California Press, 2006.
- EUROPEAN DESIGN AWARDS. *ED Awards*. 2018. <<https://europeandesign.org/>>.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro – da escrita ao livro eletrónico*. Coimbra: Almedina, 2008.
- FIDALGO, Marta. *Guia para Revisores de Texto: Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida*. Projeto de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2014.

- GRUPO ALMEDINA. *Almedina.Net*. 2018. <<https://www.almedina.net/index.php>>.
- . *Grupo Almedina*. 2011-2018. <<http://www.grupoalmedina.net/>>.
- HOCKING, Sean. “Legal Publishing Is Vogueing.” *Slaw* 04 de dezembro de 2013. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2013/12/04/legal-publishing-is-vogueing>>.
- HORNING, Alice; BECKER, Anne. *Revision: History, Theory and Practice*. West Lafayette: Parlor Press, 2006.
- ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. 2018. <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/>>.
- JONES, Hugh; BENSON, Christopher. *Publishing Law*. 3rd Edition. London: Routledge, 2006.
- JORNAL DE NOTÍCIAS. “Livro sobre podres de Donald Trump vai ser lançado em Portugal.” *Jornal de Notícias* (2018). Consult. 21 de junho de 2018. <<https://www.jn.pt/artes/interior/livro-sobre-podres-donald-trump-vai-ser-lancado-em-portugal-9043510.html>>.
- KELEMEN, Eric. *Textual Editing and Criticism*. New York: W. W. Norton & Company, 2009.
- MACHADO, Alexandra. “Almedina: uma história que começou há 60 anos.” *Sábado* (2015). Consult. 19 de junho de 2018. <<http://www.sabado.pt/dinheiro/detalhe/almedina-uma-historia-que-comecou-em-coimbra-ha-60-anos>>.
- MAGALHÃES, Francisco José. *Da Tradução Profissional em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- MARTINS, Jorge M. *As profissões do livro : editores e gráficos, críticos e livreiros*. Porto: Verbo, 2005.
- . *Marketing do Livro: materiais para uma sociologia do editor português*. Oeiras: Celta, 1999.
- McKAY, Robert. “"Front Door to the Past".” *Slaw* 21 de outubro de 2016. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2016/10/21/front-door-to-the-past/>>.
- . “Legal and Professional Publishing: Has It Become Desperately Dull?” *Slaw* 11 de setembro de 2014. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2014/09/11/legal-and-professional-publishing-has-it-become-desperately-dull/>>.
- . “My Ideal Law Publisher.” *Slaw* 30 de agosto de 2016. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2016/08/30/my-ideal-law-publisher/>>.
- . “The End of Legal Publishing.” *Slaw* 04 de julho de 2012. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2012/07/04/the-end-of-legal-publishing/>>.

- . “The Law Publishing Business Is Finished.” *Slaw* 06 de março de 2017. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2017/03/06/the-law-publishing-business-is-finished/>>.
- MEDEIROS, João Bosco. *Manual de Redação e Normalização Textual*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.
- MINOTAURO. *Minotauro – Deixe-se guiar pelos labirintos da leitura*. 2017-2018. <<https://www.minotauro.pt/>>.
- MULVANY, Nancy C. *Indexing Books*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- MUNRO, Susan. “Free Legal Information, Really?” *Slaw* 30 de agosto de 2011. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2011/08/30/free-legal-information-really/>>.
- NEVES, José Soares (coord.). *Comércio livreiro em Portugal: Estado da arte na segunda década do século XXI*. Lisboa: APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, 2014.
- NOTÍCIAS DE COIMBRA. “Nuno Moita publica livro sobre Finanças Públicas.” *Notícias de Coimbra* (2018). 24 de junho de 2018. <<https://www.noticiasdecoimbra.pt/nuno-moita-publica-livro-financas-publicas/>>.
- PACHECO, Nuno. “Um clã de livreiros chamado Petrony.” *Público* (2016). Consult. 13 de julho de 2018. <<https://www.publico.pt/2012/06/10/jornal/um-cla-de-livreiros-chamado-petrony-24646294>>.
- PASSOS, João Augusto; SANTOS, Maria Lino dos. “Leituras, Revisão Textual e o Revisor.” *Revista Anápolis Digital* 2011. Consult. 14 de março de 2018. <<http://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/LEITURAS-REVISAO-TEXTUAL-E-O-REVISOR.pdf>>.
- PEDRO, Fernanda. “Cibersegurança, robótica ou uberização: As Indústrias do Futuro.” *Jornal Económico* (2017). Consult. 21 de junho de 2018. <<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/ciberseguranca-robotica-ou-uberizacao-as-industrias-do-futuro-129568>>.
- PETRONY. *Petrony*. 2018. <<http://www.petrony.pt/store/highlights>>.
- PORTELA, Joana. *Relatório de Estágio em Edição nas Edições Almedina*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Universidade de Aveiro. Aveiro, 2009.
- PORTO EDITORA. *Infopédia*. 2003-2018. <<http://www.infopedia.pt/>>.
- QUID JURIS. *Quid Juris Sociedade Editora*. 2018. <<https://www.quidjuris.pt/>>.

- RITTER, R. M. (ed.). *New Hart's Rules – The Handbook of Style for Writers and Editors*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- RODRIGUES, Gary P. “Authors and Corporate Acquisitions.” *Slaw* 22 de setembro de 2010. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2010/09/22/authors-and-corporate-acquisitions/>>.
- . “Global Legal Publishing.” *Slaw* 18 de maio de 2016. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2016/05/18/global-legal-publishing-a-bad-idea/>>.
- . “International Legal Publishers.” *Slaw* 23 de dezembro de 2013. Consult. 04 de junho de 2018. <<http://www.slaw.ca/2013/12/23/international-legal-publishers-lexis-westlaw-wolters-kluwer-and-wikipedia/>>.
- SILVA, José Mário. “Capas da Minotauro ganham prata nos European Design Awards 2010.” *Bibliotecário de Babel* 31 de maio de 2010. Consult. 19 de junho de 2018. <<http://bibliotecariodebabel.com/geral/capas-da-minotauro-ganham-prata-nos-european-design-awards-2010/>>.
- SILVA, Marlene. *Contributos para a produção gráfica de um livro*. Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais. Universidade de Aveiro. Aveiro, 2009.
- SIMÕES, Rui Marques. “A preto e branco se escreve a história da Almedina.” *Diário de Notícias* (2011). 19 de junho de 2018. <<https://www.dn.pt/dossiers/economia/made-in-portugal---mes-das-marcas-com-historia/noticias/interior/a-preto-e-branco-se-escreve-a-historia-da-almedina-2200614.html?id=2200614>>.
- SLAW. *Slaw – Canada's online legal magazine*. 2018. <<http://www.slaw.ca/>>.
- SOARES, Sandra Borges. *Estágio de Tradução na ABC Traduções – Tradução Jurídica*. Dissertação de Mestrado em Tradução Especializada (Ciências Jurídicas). Universidade de Aveiro. Aveiro, 2017.
- SOUSA, Filipa Ambrósio de. “Almedina publica atualização de “Direito dos Contratos Públicos”.” *Eco Advocatus* 15 de fevereiro de 2018. Consult. 24 de junho de 2018. <<https://eco.pt/2018/02/15/almedina-publica-atualizacao-de-direito-dos-contratos-publicos/>>.
- . “Filipa Belchior Coimbra publica livro sobre a tributação.” *Eco Advocatus* 06 de dezembro de 2017. Consult. 24 de junho de 2018. <<https://eco.pt/2017/12/06/filipa-belchior-coimbra-publica-livro-sobre-a-tributacao/>>.
- SOUZA, Janice. *Revisão, para quê?* 2011-2017. <<https://revisaoparaque.com/>>.

TAVARES, Sandra Duarte. “10 Erros linguísticos que mancham a sua imagem.” *Visão* 28 de julho de 2017. Consult. 15 de maio de 2018. <<http://visao.sapo.pt/opiniao/bolsa-de-especialistas/2017-07-28-10-erros-linguisticos-que-mancham-a-sua-imagem>>.

ANEXO 1 – Exemplos da revisão aplicada a *Partilhas Litigiosas – Volume III*

Partilhas Litigiosas_Vol. III_1as Provas - revisão oficial.pdf - Adobe Acrobat Reader DC

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Partilhas Litigiosas_... x

Início Ferramentas 157 / 628 148%

Comentário

Comentários da Pesquisa...

2083 comentários 4 4

Página 157

Ana Breda

Texto sublinhado

BMJ 271-177

19/01/2018 12:20

Ana Breda

Texto sublinhado

art. 1010.º-2

19/01/2018 12:20

Ana Breda

Texto sublinhado

BMJ 6-271 e RJ 79-345

19/01/2018 12:21

Ana Breda

Texto sublinhado

6-20

19/01/2018 12:21

157

487 No Projecto correspondia-lhe o art. 965.º. «Os art.s 1334.º [antigo art. 1375.º] e 1389.º CPCiv. contemplam realidades diferentes, reportando-se o primeiro à intervenção de interessados na pendência do inventário, a suspender depois da descrição, e o último a partilha já efectuada, ainda que homologada por sentença transitadas (Ac. STJ 29.11.77, BMJ 271177).»

488 Era o art. 1010.º² do respectivo Projecto.

489 Quando posteriormente à partilha se dá a concorrência de um herdeiro por efeito de perfilhação judicial, este facto faz modificar a posição dos restantes interessados que receberam imóveis, quanto ao cálculo e pagamento da sisa respectiva (Ac. STJ 07.06.46, BMJ 6271 e RLJ 79345).

490 Tome-se bem nota de que o art. 2165.º CCiv. não era aplicável ao filho reconhecido em acção de investigação de paternidade ilegítima, mesmo que em autos de herança jacente tenha sido habilitada e reconhecida como única herdeira do investigado uma sobrinha deste (Ac. RC 07.10.52, Ac. Rel. Coimbra 620). É elementar que o funcionamento daquele preceito pressupunha a existência dum inventário e a concorrência de herdeiros com o que surge de novo e antes foi preterido; se o herdeiro era apenas este, cessando a concorrência, não há lugar à composição da quota em dinheiro, que toda a herança se adjudica e pertence ao preterido.

ANEXO 2 – Amostra de notas do autor de *Direito Económico*, e como a caligrafia pode constituir um obstáculo a uma revisão

Segue-se a deliberação final culminando com a aplicação de coimas ou imposição ao infractor de obrigações positivas e negativas. Dele há recurso 011

O regime das coimas a aplicar pela A.C. tem ~~da~~ natureza especial à face do Regime Geral Contra-Ordenações (Decreto-Lei nº 433/82, de 27/10 com alterações), o qual é apenas subsidiário.

No domínio da concentração de empresas, precedendo notificação e eventual avaliação prévia, segue-se a instrução compreendendo a audiência dos interessados e arguidos e amplos poderes de investigação da A.C. (arts. 18º e 19º). Não havendo avaliação prévia, o procedimento é oficioso. Segue-se a deliberação final que pode implicar coimas ou outras sanções acessórias destinadas à reposição da concorrência.

Dele há recurso judicial (art. 84º), com efeito suspensivo ou não, consoante a natureza das sanções. Aplica-se Supervisão e Resultado

A.C. pode emitir deliberações de inaplicabilidade ou certificados negativos, a requerimento das empresas⁴⁶¹. Muito importante é ainda a sua capacidade

⁴⁶¹ Nos termos do nº 1 da Portaria nº 1097/93, de 29 de Outubro, transitoriamente em vigor, nos termos do nº 3 do artigo 54º da referida Lei e do nº 1 do artigo 34º do Decreto-Lei nº 18/2003.

ANEXO 3 – Ficha técnica da obra *Estudos em Comemoração dos 100 Anos do Tribunal de Relação de Coimbra*

ESTUDOS EM COMEMORAÇÃO DOS 100 ANOS DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

COORDENAÇÃO

Manuel José Pires Capelo
José Carlos Regalado Codeço

REVISÃO

Ana Beatriz Breda

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Março, 2018

DEPÓSITO LEGAL

Nem todos os textos seguem o novo acordo ortográfico.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

ESTUDOS EM COMEMORAÇÃO DOS
100 ANOS DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO

Estudos em comemoração dos 100 anos do
Tribunal da Relação / coord. Manuel José Pires Capelo,
José Carlos Regalado Codeço
ISBN 978-972-40-7322-4

I – CAPELO, Manuel José Pires

II – CODEÇO, José Carlos Regalado

CDU 34